

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 : Cenário Internacional.....	5
1.1 Evolução do Sistema Financeiro Internacional.....	6
1.1.2 A Desregulamentação do Mercado Financeiro.....	7
CAPÍTULO 2 : Fusões & Aquisições nos Países Desenvolvidos.....	16
2.1 Os Cenários Norte Americano e Europeu.....	17
2.2 Impulsos á Consolidação Financeira.....	20
2.2.1 Maximização do Valor Empresa Compradora.....	20
2.2.2 Estratégias Empresariais não Relacionadas á Maximização do Valor da Empresa.....	22
2.2.3 A Influência do Governo.....	22
2.2.4 Progresso Tecnológico.....	22
2.2.5 Desregulamentação Financeira.....	23
2.2.6 Privatização.....	24
2.3 Efeitos da Consolidação Financeira.....	24
2.3.1 Consolidação e Concentração econômica.....	24
2.3.2 Consolidação e Influência sobre o Crédito.....	25
2.3.3 Consolidação e Eficiência.....	26
2.3.4 Impactos Sistêmicos da Consolidação Financeira.....	26
CAPÍTULO 3 : Histórico da Evolução do Sistema Bancário Brasileiro.....	28
3.1 Mudanças na Legislação do Sistema Financeiro.....	29
3.1.1 A Legislação das Instituições Financeiras.....	29
3.1.2 Programa de Apoio ao setor Público Estadual.....	31
3.1.3 A Legislação sobre o Capital estrangeiro.....	33
3.2 Estratégias dos Bancos Pós Reforma de 1988.....	36
CAPÍTULO 4 : Cenário Pós Plano Real.....	40
4.1 Mudanças na Legislação das Instituições Financeiras.....	41
4.1 Programa de Incentivo á Redução do Setor Público Estadual.....	47
4.3 Mudanças na Legislação sobre o Capital Estrangeiro.....	47
CAPÍTULO 5 : A Reestruturação financeira e as Fusões e Aquisições bancárias.....	49
5.1 Reestruturação financeira.....	50
5.1.1 Evolução estatística do Sistema Financeiro Nacional.....	50
5.1.2 Efeitos do Proer.....	51

5.1.3 saneamento do Sistema Financeiro Público Estadual e Federal.....	51
5.1.4 Ingresso de Bancos Estrangeiros.....	54
5.1.4.1 Argumentos Favoráveis e Contrários ao Ingresso de Bancos Estrangeiros.....	57
5.2 Evolução do Crédito, Ativos, Depósitos e Patrimônio Líquido Bancos.....	61
5.3 Indicadores de Alavancagem, Qualidade dos Ativos e Lucratividade.....	67
5.4 Análise dos Principais Bancos Nacionais : Crescimento, Fusões e Aquisições.....	72
5.5 Comparações entre os Principais Bancos Brasileiros, dos Estados Unidos e de Países da América Latina e do Leste Asiático.....	78
Conclusão.....	81

INTRODUÇÃO

A globalização e o avanço tecnológico, principalmente, vêm afetando sobremaneira a velocidade das inovações. No campo das finanças isto é observado pela criação incessante de novos produtos, assim como pela nova estrutura bancária internacional. Diversos setores da economia vêm sendo alvo de um processo, que não é inovador, mas sim mais constante, que é a onda de Fusões & Aquisições, podendo ser entendida como causa e como efeito. E no âmbito financeiro essas tendências não poderiam ser diferentes. A velocidade é tal, que é importante revisar toda a linha de evolução para entendermos mais claramente a fase que se encontra hoje. No Brasil, principalmente nos últimos anos, as mudanças institucionais contribuíram consideravelmente em favor desta velocidade de inovações e reestruturação do setor. É com este ponto que se preocupará o presente estudo.

O objetivo deste trabalho é realizar uma compreensão do funcionamento do sistema financeiro brasileiro com o novo cenário projetado pelo Plano Real, analisando como consequência deste, o processo de fusões, aquisições e associações de bancos e instituições financeiras e o seu comprometimento com o destino deste setor, destacando aspectos do crescimento e concentração. Para notar a importância da implementação deste plano econômico, reconhecem-no, consensualmente, como um marco que divide as transformações nos últimos anos através de sucessivas etapas. No primeiro período (antes do plano) os bancos não apresentavam produtividade

adequada. Embora exercessem importante papel de proteger os ativos da população, dependiam excessivamente do *float* e dos ganhos inflacionários, fazendo uso de um número elevado de agências para captação de depósitos e aplicações, com custos elevados. O ponto de partida do ajuste foi o Plano Cruzado, em 1986. A inflação foi alçada à condição de inimigo principal da sociedade. Os esforços na busca da eficiência se acentuaram, com investimentos em automação; além da tentativa de ajustamento com o quadro de funcionários a padrões adequados de produtividade.

Quanto ao segundo período, as obras de Puga (1999), Aronovich (1998) e Freitas (1998), principalmente, têm suma importância para a caracterização deste período. Com o Plano Real, conquistou-se a estabilidade dos preços (controle da inflação). As estatísticas mostram que a renda da população aumentou, incorporando ao mercado massa considerável de consumidores. O sistema financeiro foi obrigado a passar por profundas modificações, sendo redimensionado além de reorientado para novas formas de financiamento de suas atividades. Verifica-se, em 1995, a adoção de fortes medidas monetárias, tendo como contrapartida negativa a inadimplência. A realidade era clara: os bancos que não administrassem com êxito as adversidades da conjuntura não sobreviveriam. O Proer, o Proes e o Raet indicavam, com nitidez, a direção de uma nova reorganização do sistema, com base em fusões, incorporações e aquisições, além da privatização do setor bancário estatal. Ao longo de todo o período pós-Real, inúmeras instituições financeiras passaram por intervenção, regime de liquidação e ajustes. "Desde 1994, cerca de 114 instituições fecharam as portas". (Notícias Banco Hoje 12/07/99).

Como conseqüência, verifica-se uma diminuição do número de bancos na economia brasileira em decorrência da liquidação, incorporação, fusão e transferência de controle acionário de várias instituições bancárias. E a entrada de bancos internacionais, tendo efeitos sobre a concorrência e qualidade das instituições financeiras.

Aliás, este é um outro ponto de grande importância para auxílio do estudo, analisando os efeitos dos bancos estrangeiros sobre a esfera financeira e mesmo macroeconômica, examinando condições e oportunidades de progresso dos bancos privados nacionais. Entender e criticar as ações e reações dos bancos estrangeiros e nacionais; e comentar as tendências e implicações a serem seguidas, é essencial para o concatenamento do trabalho.

Para uma melhor análise do cenário brasileiro atual, é necessário, como pré-requisito, um conhecimento da evolução do sistema financeiro na esfera mundial (que possui neste trabalho grande contribuição da obra de Freitas (1998)). Assim como de uma breve história do setor bancário e financeiro brasileiro, passando por dados quantitativos, como concentração, números absolutos, e dados qualitativos, como as novas leis, novas políticas adotadas pelos governos vigentes. Embora o processo de fusões & aquisições bancárias e suas repercussões e resultados sejam muito específicos para cada país, os referentes aos países mais desenvolvidos podem ser analisados, embora muita cautela tenha que ser tomada ao se fazer comparações. Desta forma, fazer analogias com o cenário financeiro internacional e contrabalançar os benefícios e malefícios adquiridos para os clientes, para os bancos nacionais e para o progresso da economia brasileira, também é importante para entender o rumo do setor, no Brasil. Por isso, também é importante conhecer a experiência internacional.

O confronto de posições é inevitável quando se trata de um processo que ainda está em movimento, e portanto, não há ainda um resultado nítido. Desta forma, idéias de alguns autores serão dispostas ao decorrer do trabalho, colocando argumentos que sustentam suas posições.

O trabalho será composto de cinco capítulos necessários para o foco principal: a reorganização bancária no Brasil através das Fusões & Aquisições. Partindo de um

cenário internacional, global para os países capitalistas, compreendem-se as mudanças no sistema financeiro mundial que acabam por afetar o mercado brasileiro, que será estudado com maiores especificações : a evolução de sua legislação financeira; os índices de desempenho das instituições no Pós-Real, atentando para as especificações dos bancos : privados nacionais, estrangeiros e bancos públicos; e a reorganização bancária, dando ênfase ao processo de Fusões & Aquisições, indicando a posição e rumo das instituições brasileiras.

CAPÍTULO I

CENÁRIO INTERNACIONAL

Para poder-se compreender o processo atual de Fusões e Aquisições no setor bancário é necessário inicialmente compreender o ambiente em que os próprios bancos atuam. O mundo capitalista de hoje não permite os países viverem isoladamente, principalmente quando se trata da esfera financeira. Deste modo, o movimento ou a série de eventos que proporcionaram uma transformação institucional realizada inicialmente por países desenvolvidos, com especial referência aos EUA e também à Europa, tiveram implicações para o funcionamento global do sistema financeiro assim como aos sistemas financeiros nacionais.

Deste modo, o presente capítulo estará interligado ao próximo, ambos preocupados com o cenário internacional. Mas, o primeiro, destacando a evolução histórica do sistema financeiro internacional ; e o segundo destacando o processo de Fusões e Aquisições realizado nos países desenvolvidos.

1.1 EVOLUÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL

Os anos 70 e 80, principalmente, foram intensamente marcados pela mudança institucional, no que diz respeito ao funcionamento dos mercados, à abrangência das relações de endividamento e tipos de ativos, consoante às adaptações da estrutura de regulação.

O intuito, neste momento, é o de apresentar o contexto internacional das décadas de 70 e 80, importantes para o entendimento do presente processo de fusões e aquisições bancárias. De início, retratam-se as inovações financeiras (entendida de forma geral como um expediente que tem a capacidade de tornar mais aceitável o crescente nível de endividamento, potencializando a função financeira), proporcionadas pela desregulamentação financeira, ocorridas nas duas décadas, bem como suas conseqüências para o mercado financeiro global .

As mudanças institucionais se confundem nas décadas de 70 e 80. Na verdade, as inovações financeiras sofrem uma progressiva transição, na medida em que é inviável estabelecer um divisor entre as duas décadas. Ambas apresentam mudanças, sendo que muitas delas tinham seu embrião nos anos 70. Por isso, não podemos caracterizar uma década com determinadas características próprias e a outra com aspectos também únicos daquele período. O que ocorre é que, ao menos teoricamente, a separação da década de 70 da década de 80 para explicar as inovações financeiras é feita pelo fato de que a primeira está mais relacionada ao período de Bretton Woods, enquanto os anos 80 estão mais ligados á fase que se estende até a década de 90, caracterizada pela globalização.

Posteriormente, analisam-se as repercussões particulares no desempenho do setor bancário, entendidas como causas do processo de fusões e aquisições. A internacionalização bancária é um dos temas significativos e explorados para a compreensão do fim estudado neste trabalho.

1.2 A Desregulamentação do Mercado Financeiro:

Anos 70

Nos anos 70, os países desenvolvidos iniciaram a desregulamentação dos mercados financeiros domésticos. Segundo Ferreira & Freitas (1990), tal desregulamentação (que continuou evoluindo nos anos 80) teve como medidas a abolição dos controles de crédito; retirada dos limites para pagamento de taxas de juros nos depósitos; redução dos impostos e afrouxamento das delimitações do campo de atuação das instituições financeiras, proporcionando maior flexibilidade às empresas e aos investidores na bolsa de valores. A crescente internacionalização das instituições financeiras, o aumento do número de instituições financeiras operando em escala mundial, o desenvolvimento de um mercado baseado em euromonedas e a importância crescente do fluxos privados de capital para o financiamento dos países em desenvolvimento são alguns aspectos desse processo.

Neste período, é abandonado o sistema de Bretton Woods, e é promovida a adoção da taxa de câmbio flexível, visando solucionar os recorrentes desequilíbrios na Balança de Pagamentos. O cartel dos países exportadores de petróleo promoveu o primeiro

choque do petróleo (1973), causando uma elevadíssima liquidez global – devido aos petrodólares -, contribuindo para o desenvolvimento do mercado de euromonedas.

Como resultado de todas essas particularidades, houve uma maior integração dos mercados financeiros domésticos com o mercado internacional. Ao mesmo tempo, observa-se uma abertura dos diferentes tipos de mercado, como o de câmbio, o de créditos, o de ações e obrigações (Chesnais 1996). Assim, há uma expansão da atividade do setor internacional, cada vez mais globalizado, com um crescimento da liquidez e da concorrência das instituições financeiras. Bancos norte americanos - pioneiramente -, europeus , japoneses e mesmo bancos originários de países em desenvolvimento (como Brasil, México, Israel e países árabes) participaram do processo de internacionalização bancária neste período (aprofundando-se nos anos 80 e mais ainda nos anos 90). Paralelamente a esse processo de internacionalização, observou-se o rápido desenvolvimento dos centros financeiros internacionais, conhecidos como centros “*offshore*”. Eles se distinguem dos centros financeiros domésticos uma vez que as transações, efetuadas em moeda estrangeira, são livres dos impostos e controles que normalmente incidem sobre a atividade bancária doméstica (esses centros se destinam, sobretudo , às operações com não-residentes) .

Por outro lado, diante da ocorrência, em 1979, de choques de oferta (devido ao Segundo Choque do Petróleo) e de juros (conseqüência da política do Dólar Forte de 1979, e posterior elevação das taxas de juros globais), são observadas condições macroeconômicas mais voláteis na economia mundial – também oriundas da adoção das taxas de câmbio flexíveis e de contratos a taxas de juros flutuantes. O acontecimento internacional que envolveu o México, em 1982, teve como conseqüência o aperto da liquidez assim como falência de corporações industriais e

bancos nas economias desenvolvidas. A volatilidade dos juros e do câmbio tornam-se riscos cada vez mais elevados, levando instituições financeiras e não-financeiras a criarem novos instrumentos, capazes de transformar e transferir riscos : ocorre uma aceleração no ritmo de inovações financeiras e no desenvolvimento das mesmas.

Anos 80

Nos anos 80, outros fatores que se apresentam favorecem a proliferação de inovações financeiras : 1) bancos comerciais, diante da pressão das autoridades monetárias supervisoras quanto ao risco assumido por tais instituições ; 2) aplicação dos avanços tecnológicos nas áreas de informática e comunicações junto aos mercados financeiros ; 3) crescente concorrência do mercado financeiro internacional (entre os diferentes sistemas financeiros nacionais e entre instituições bancárias e não bancárias em sistemas financeiros domésticos).

As inovações financeiras acabam por criar mercados secundários para ativos e títulos da dívida de longo prazo e expandem a liquidez do sistema com um todo. Tais desenvolvimentos diminuíram os prazos para aplicação em ativos financeiros, afetando a robustez do sistema e aumentando o risco de quebra de instituições financeiras com operações crescentemente globalizadas. Isso porque os novos produtos financeiros procuram transferir os riscos a terceiros, mas não conseguem eliminá-los na totalidade.

Além disso, algumas inovações são operações ' fora do balanço ', constituindo um meio para as instituições financeiras alcançarem um alto nível de alavancagem : geralmente, as autoridades reguladoras procuram controlar este grau de alavancagem

(que nada mais é do que a utilização de capital de terceiros em quantidade superior ao do próprio) de tais instituições pelo controle da quantidade de ativos em relação ao patrimônio líquido de tais instituições , baseando-se em balanços. Porém , as operações fora do balanço permitem que a alavancagem fique fora deste tipo de controle.

“De fato, o eixo principal das inovações financeiras, nos anos 80 , foi a *securitização* das dívidas, processo pelo qual o tomador contrai uma dívida diretamente junto ao credor (intermediário financeiro ou não) por meio de um título de emissão própria”. (Ferreira & Freitas 1990)

“Esse instrumento de inovação deveu-se à maior liquidez dos títulos da dívida direta, devido à existência de mercados secundários desenvolvidos, e diluição dos riscos , uma vez que podem ser “pulverizados” entre um maior número de instituições financeiras e produtivas. Como instrumento de maior liquidez e menor risco , se comparado aos empréstimos bancários lastreados em depósitos, a emissão da dívida direta permite uma redução nos encargos financeiros dos tomadores de bom risco” .(Ferreira & Freitas 1990)

Devido à maior mobilidade de capitais por causa da desregulamentação dos mercados financeiros domésticos dos diversos países , os mercados secundários de títulos de dívida se desenvolveram , criando oportunidade para se obter crédito a custos mais baixos do que os derivados do sistema bancário.

Desta forma ganham importância os fundos de pensão , companhias de seguro e as grandes corporações dos países desenvolvidos , proporcionando maior notabilidade aos investidores institucionais, elevando o nível de *funding*.

A desregulamentação dos mercados financeiros permitiu instituições não financeiras utilizarem cada vez mais produtos típicos de instituições financeiras.

Um outro ponto, essencial para a compreensão da evolução do mercado financeiro foi o desenvolvimento da tecnologia , proporcionando transformações na concorrência bancária dos países desenvolvidos. A tecnologia eleva os fluxos de capitais globais , tendo como conseqüências : 1) Redução dos custos de transações financeiras e expansão do alcance das telecomunicações criaram um mercado financeiro global ; 2) aperfeiçoamento dos sistemas de contabilização e processamento de dados tem possibilitado uma administração cada vez mais eficiente de portfólio , permitindo o monitoramento contínuo das *exposures* , através dos complexos esquemas de hedge ; 3) Melhor qualidade e rapidez dos fluxos de informação , reduzindo a rentabilidade das transações em áreas tradicionais , atuando como estímulo ao desenvolvimento de novos instrumentos . (Ferreira & Freitas 1990).

A tecnologia tem um papel importante na globalização financeira , através da monitoração com maior freqüência e confiabilidade das *exposures* nas aplicações realizadas.

Conseqüências :

A redução das barreiras entre as atividades dos bancos comerciais e outras empresas financeiras gerou maior competição no setor bancário. Além da permissão da emergência de novos concorrentes , houve uma ampliação do leque de atividades permitidas aos bancos.

Assim, passou a ser admitida a execução de múltipla função por um só banco : bancos de investimento , companhias de crédito hipotecário , seguradoras e companhias de crédito cativo, empresas financeiras não bancárias vinculadas aos grandes grupos. (Freitas 1998).

Os mercados de capitais atraíram empresas que antes se utilizavam da intermediação financeira realizada pelos bancos, e assim estas instituições perderam clientes. Houve também uma perda de poupadores, que preferem aplicar na Bolsa de Valores ou fundos de investimentos. Isto indica o desenvolvimento do mercado secundário de títulos da dívida , proporcionando uma maior oportunidade para obter-se crédito a custos mais baixos que os derivados do sistema bancário. Perdem espaço, portanto, os empréstimos bancários, o que foi reforçado com a crise dos países devedores nos anos 80. Os bancos trabalham com coeficientes capital / ativos muito baixos e com taxas de endividamento muito elevadas, relativamente às empresas industriais. Isso pode torna as dificuldades momentâneas de liquidez de um banco particular em um problema de solvência, conduzindo à falência da instituição. Sendo que, tal falência pode comprometer a estabilidade do sistema financeiro e monetário.

Segundo uma simplificação da teoria da concorrência bancária, tratada no texto de Freitas, “ de um lado , essas instituições são agentes econômicos que estão

submetidos à lógica implacável da valorização da riqueza em um mundo de incerteza e irreversibilidade ; de outro, ocupam um lugar central no processo de criação monetária na economia capitalista moderna, em que a moeda de crédito é o principal meio de liquidação dos contratos econômicos. A distinção dessa dupla dimensão da atividade bancária é essencial para compreensão da instabilidade financeira e da dinâmica cíclica da acumulação capitalista. “

Os bancos são considerados instituições empresariais submetidos à lógica da valorização do capital e, por consequência à lógica da concorrência como todos os outros tipos de empresas capitalistas. Isso significa que os bancos, por um lado, não respondem passivamente às preferências dos demais agentes, e por outro lado, estão em concorrência entre eles e com outras instituições financeiras para obtenção do poder do mercado e de maiores lucros nos diferentes mercados financeiros, seja ele doméstico ou internacional. Desta forma, a dinâmica do setor bancário se apresenta, dentre outros aspectos, sob a forma do descobrimento de novos mercados, novos meios de conceder crédito ou de estabelecer vínculos financeiros com os clientes e outros bancos, como também procuram obter recursos em condições mais favoráveis, de modo a ampliar seus ganhos. Por isso, os bancos estão sempre sob pressão contínua para inovar a fim de aumentar seus lucros, seja através do diferencial de taxa de juros entre os empréstimos e os recursos captados, seja através das comissões obtidas pela concessão de linhas de crédito , aceites bancários, transações com divisas, cobranças, gestão de fortunas privadas e outros serviços financeiros múltiplos que oferecem.

O aumento da desintermediação financeira causou uma queda no nível de captação do *funding* bancário e os bancos passaram a ser obrigados a reduzir seus *spreads*, visando não perder mais espaço – consequentemente ampliando a concorrência no próprio setor – e enfrentar a queda na lucratividade. (Chesnais 1996).

Como reflexo desse cenário , incentivou-se a busca por inovações , viabilizadas pela desregulamentação e pelas novas tecnologias de informação. Os bancos, particularmente, não incorrem em despesas de grande magnitude para o desenvolvimento de novos instrumentos, que podem ser rapidamente oferecidos ao público. Não existe registro de patente para os ativos financeiros, fazendo com que os demais concorrentes possam também rapidamente imitar o banco inovador. Assim, os ganhos decorrentes da inovação são mais temporários, porém servem como estímulo à busca contínua de novos produtos e serviços.

Por outro lado, a liberalização dos mercados financeiros possibilitou, cada vez mais, que novos bancos se internacionalizassem. Internacionalização, esta , favorecida pela compra ou associação com bancos de outros países. Segundo Freitas, a cooperação e formação de alianças (que pode ser obtida através de fusão, aquisição bancária, ou somente através de uma aliança momentânea para enfrentar certa situação ou realizar certo projeto) é um mecanismo concorrencial estratégico muito utilizado pelos bancos, em particular em suas atividades no exterior. Desta forma, um banco individual pode ampliar seu espaço de valorização sem incorrer em custos de instalação de redes de agência, garantindo sua presença em outros mercados, sobretudo no estrangeiro. Freitas propõem um exemplo de cooperação entre bancos concorrentes com o fato da criação de um consórcio entre a IBM e um grupo de quinze grandes bancos americanos para a oferta de serviços bancários on-line, isto é, prestação de serviço bancário em domicílio através de redes como a *internet*, para fazer frente aos fornecedores de software no mercado de serviços bancários. Deste modo, apesar da aliança, cada banco mantém a sua marca e oferta seus próprios serviços. A cooperação é também um meio de dividir custos elevados dos investimentos necessários.

Observa-se, desta maneira, uma tendência contínua de queda do número de instituições bancárias e de um aumento da concentração, ocasionando, na maioria das vezes, redução postos de trabalho e das despesas com pessoal.

Na Europa, pode-se notar a compra de bancos menores pelos maiores, indicando a saturação do mercado doméstico bancário devido à queda do crescimento e diminuição da taxa de juros e da inflação.

Os fatores cíclicos tiveram um impacto significativo na performance financeira dos bancos proporcionando compra de outros e/ou internacionalização de suas atividades financeiras ; diversificação de atividades ou do desenvolvimento de projetos industriais.

CAPÍTULO II

FUSÕES & AQUISIÇÕES NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

As Fusões & Aquisições no sistema financeiro de países desenvolvidos servem de parâmetro, no que se refere aos resultados, problemas e tendências, aos sistemas financeiros dos demais países, mesmo que cada um deles possua condições próprias. Por isso é importante estudar o que já ocorreu nesses países. E para poder se posicionar e se beneficiar da experiência internacional, as observações dos casos devem ser feitas cada vez com maior velocidade, pelo fato de que a difusão é cada vez mais rápida. A partir da análise do movimento de Fusões & Aquisições nos países centrais, pode-se ter conhecimento dos instrumentos a serem usados, das reformas necessárias, dos caminhos equivocados, dos atalhos, dos resultados, etc. É claro que a análise serve mais como um tipo de prevenção do que uma regra, e para isso, deve-se inserir as observações na dinâmica do mercado bancário doméstico.

Este capítulo, portanto, tem o propósito de apresentar os cenários financeiros norte americano e europeu. Denotando um foco especial ao processo de Fusões & Aquisições, busca-se, através do estudo realizado por Selmo Aronovich, entender as causas e conseqüências deste fenômeno. O intuito maior deste capítulo é poder conferir os cenários destes países em questão para poder confrontar posteriormente com o cenário brasileiro, que será discutido nos capítulos 4 e 5. É importante atentar para o caminho que está sendo seguido em

cada um destes países : o processo de Fusões e Aquisições observa-se em todos estes, mas com influências políticas, arcabouço institucional, evoluções e tendências diferentes.

2.1) Os Cenários Norte Americano e Europeu

Através do Capítulo 1, pode-se notar o avanço dos países desenvolvidos, em especial os EUA, no que tange ao setor financeiro. Nada mais óbvio, desta maneira, que o processo de Fusões & Aquisições ter raízes nestes mercados para depois serem difundidos para o resto do mundo.

Tabela 2.1

Indústria Bancária dos Estados Unidos : Número de Instituições e Coeficientes de Concentração Econômica – 1988 e 1997

	1988	1997
Número de Organizações Bancárias Comerciais	9.881	7.234
Participação das Oito Maiores Firms no Valor Total de Ativos da Indústria (%)	22,3	35,5
Número de Empresas de Seguro de Vida	1.367	1.001
Participação das Oito Maiores Firms no Valor Total de Ativos da Indústria (%)	41,7	34,7
Número de Bancos de Investimento	6.432	5.597
Participação das Oito Maiores Firms no Valor Total de Ativos da Indústria (%)	57,5	55,5
Número de Instituições de Poupança	3.175	1.201
Participação das Oito Maiores Firms no Valor Total de Ativos da Indústria (%)	13,5	30,6
Número de Associações de Crédito	13.875	11.238
Participação das Oito Maiores Firms no Valor Total de Ativos da Indústria (%)	6,3	8,0

Fonte : Berger, Demsetz e Strahan (1998)

A Tabela 2.1 mostra dados sobre a reorganização setorial nos EUA. Nota-se que houve uma queda do número de bancos comerciais de 9.881 para 7.234 no período de 1988 a 1997. Sendo que a participação das oito maiores firmas comerciais, em termos de ativo, no total do setor, aumentou de 22,3% para 35,5% no período de 1988 a 1997. Estas mudanças mostram a concentração bancária comercial americana em quantidade física e market share. Segundo Berger, Demstz e Strahan (1998), neste mesmo período de 10 anos, aproximadamente 3.600 transações de Fusões & Aquisições entre bancos comerciais foram realizadas, enquanto 1.300 novas instituições, não resultantes de fusões e/ou aquisições, iniciaram operação nos EUA e ainda cerca de 900 organizações bancárias comerciais faliram. Nota-se que o número de instituições como um todo reduziu, mas em casos como empresas de seguro de vida e bancos de investimento a taxa de concentração apresentou-se declinante.

Tabela 2.2

Soma dos Valores das Empresas-Alvo em F&As Domésticas
no Setor de Serviços Financeiros – 1985/97
(US\$ Bilhão Equivalente)

	COMPRADOR			ADIQUIRIDO		
	Estados Unidos			Europa		
	Bancos Comercias	Bancos de Investi- mentos	Compa- nhias de Seguros	Bancos Comercias	Bancos de Investi- mentos	Compa- nhias de Seguros
Bancos Comerciais	241 (51,8%)	15 (3,2%)	0,2 (0,1%)	89 (36%)	9 (3,6%)	20 (8,1%)
Bancos de Investimento	6 (1,2%)	74 (15,9%)	27 (5,8%)	23 (9,3%)	19 (7,7%)	24 (9,7%)
Companhias de Seguro	0,3 (0,1%)	14 (3%)	88 (18,9%)	11 (4,5%)	6 (2,4%)	46 (18,6%)

Fontes : DeLong, Smith e Walter(1988), Securities data Corporation e Berger, Demsetz e Strahan (1998)

A Tabela 2.2 descreve o fluxo de transações domésticas de Fusões & Aquisições nos EUA e na Europa, ao longo do período de 1985 a 1997, e a respectiva proporção das negociações por natureza no total de negociações realizadas dentro do país. Observa-se a partir dos dados, que nos EUA, 51,8% das atividades de Fusão & Aquisição de instituições financeiras representam transações envolvendo apenas bancos comerciais, explicando parte da queda do número de instituições desta natureza e a conseqüente maior concentração nas mãos das maiores firmas, em termos de ativo total, ilustrado na tabela anterior. Observa-se também que as Fusões & Aquisições, nos EUA, ocorrem principalmente entre instituições do mesmo tipo (86,6% do total). Na Europa o cenário é praticamente o mesmo, com as devidas proporções. Enquanto, o total de Fusões & Aquisições somaram nos EUA US\$ 465,5 bi, na Europa a soma foi de US\$ 247 bi.



Tabela 2.3

Soma dos Valores das Empresas-Alvo em F&As Internacionais no Setor de Serviços Financeiros – 1985/97

(US\$ Bilhão Equivalente)

COMPRADOR	ADQUIRIDO								
	Estados Unidos			Intra- Europa			Europa/Não-Europa		
	Bancos Comerciais	Bancos Investimentos	Companhias de Seguros	Bancos Comerciais	Bancos Investimentos	Companhias de Seguros	Bancos Comerciais	Bancos Investimentos	Companhias de Seguros
Bancos Comerciais	9,5 (13,6%)	4,4 (6,3%)	0,2 (0,3%)	15 (17,9%)	8,7 (10,4%)	0,4 (0,5%)	14,5 (14,5%)	4,3 (4,3%)	0,3 (0,3%)
Bancos de Investimento	3 (4,3%)	14,7 (21%)	7,7 (11%)	4,3 (5,1%)	5,8 (6,9%)	1,1 (1,3%)	15,6 (15,6%)	15,9 (15,9%)	12,9 (13%)
Companhias de Seguro	0,6 (0,9%)	3,9 (5,6%)	25,9 (37,1%)	11,2 (13,4%)	0,3 (0,4%)	37 (44,2%)	1 (1%)	3,1 (3,1%)	32,7 (32%)

Fontes : DeLong, Smith e Walter(1988), Securities data Corporation e Berger, Demsetz e Strahan (1998)

A Tabela 2.3 descreve o fluxo Fusões & Aquisições entre instituições financeiras de diferentes países, apontando para o nível de internacionalização do mercado financeiro nacional. Uma comparação entre as Tabelas 2.2 e 2.3 revela que as transações internacionais representaram 75% das F&A europeias domésticas, mostrando um aumento da concentração com sensível aumento da presença estrangeira. Enquanto nos EUA observa-se uma maior preservação do número de instituições nacionais no total do setor, em que as transações internacionais representaram apenas 15% das Fusões & Aquisições domésticas. Neste raciocínio, pode-se entender que as instituições norte americanas, que já possuem em média uma escala maior, acabam por tornar-se maiores e mais competitivas com relação às instituições nacionais da Europa. As atividades de Fusão & Aquisição nos EUA envolvem US\$ 465 bi dentro do próprio país e US\$ 70 bi em operações internacionais. Enquanto na Europa as Fusões & Aquisições domésticas somam US\$ 247 bi e as Fusões & Aquisições Internacionais somam US\$ 84 bi (Intra-Europa) e US\$ 101 bi (Europa/ não Europa). Estes valores indicam em índice de internacionalização bancária mais elevada no mercado europeu.

Cabe, neste próximo tópico do trabalho, apontar, segundo estudos dirigidos ao assunto, os motivos que influenciam as atividades de Fusão & Aquisição, assim como as conseqüências destas. A Fusão & Aquisição é um processo recente, que ainda não tem uma análise coesa. Por isso as conseqüências podem ser temporárias e por isso não podem ser encaradas como verdades absolutas. Se a média dos resultados é benéfica ou maléfica, vai depender do peso que é dado para as variáveis afetadas.

2.2) Impulsos à Consolidação Financeira

Dentre os vários motivos que influenciam uma empresa a realizar uma Fusão ou Aquisição existem algumas causas principais.

2.2.1) Maximização do Valor da Empresa Compradora

Conforme Selmo Aronovich, existem evidências de haver lucro-eficiência, ou seja, elevar a eficiência de um banco através do aumento do seu lucro, que pode ser alcançado através da otimização dos ativos bancários a favor dos empréstimos, que propicia um retorno maior do que os títulos da dívida pública federal. A dinâmica do aumento do crédito será discutido mais a frente.

Os lucros também são incrementados através da diversificação do portfólio, oferecendo um maior número de produtos bancários, atendendo diferentes grupos de clientes. Isso é possibilitado pela desregulamentação financeira, pela formação de bancos com múltiplas funções, o que permite a redução do risco, devido ao portfólio mais diversificado.

O lucro também é acrescido pelas estratégias gerenciais que utilizam a reestruturação bancária com o pretexto de atingir suas metas, exigindo uma adaptação ao novo cenário financeiro.

Segundo Alkavein, Berger e Humphrey (1997), as megafusões no mercado dos EUA durante a década de 80 apresentaram baixa evidência de custo eficiência, sugerindo que as Fusões & Aquisições são motivadas por ganhos de eficiência, particularmente por incorporações de instituições menos eficientes. E esta idéia indiretamente sugere que incorporações são mais eficientes que fusões, já que conforme estatísticas, geralmente as primeiras realizam-se entre empresas de tamanho diferentes, enquanto últimas são realizadas entre instituições de escalas semelhantes.

Ainda com relação à maximização do valor da empresa, existe a crença na teoria de que a consolidação entre instituições de setores diferentes deveria ofertar um conjunto maior de produtos financeiros do que as Fusões & Aquisições entre empresas do mesmo setor. Nesta concepção as Fusões & Aquisições européias deveriam resultar em instituições mais eficientes que as dos EUA, já que 37% das consolidações domésticas e internacionais ocorreram entre bancos de setores diferentes, enquanto nos EUA as Fusões & Aquisições domésticas e

internacionais entre instituições de setores diferentes são respectivamente 13% e 18%.

2.2.2) Estratégias Empresarias não Relacionadas á Maximização do Valor da Empresa

Existe recentemente uma grande preocupação com o bem-estar do corpo gerencial, ou seja, proteger o valor do capital humano através de incentivos e bonificações. É muito comum o incentivo se dar a partir de participação no lucro da empresa, estimulando-os a realizar o máximo de dedicação, comprometendo-se mais com o objetivo da empresa. O intuito de ambos, funcionários e empresa, se confundem, procurando o aumento do lucro, que por fim beneficia os dois. E esta procura incessante pelo maior rendimento maximiza indiretamente o valor da empresa.

2.2.3) A Influência do Governo

O Governo, como autoridade pública, detém o poder de intervenção nos processos de consolidação. Ele pode tanto incentivar como desestimular uma atividade desta natureza dependendo de seus interesses, ou melhor, segundo os interesses que julga ser da nação. Para isso o Estado estabelece condições e restrições, através das quais é acessorado por alguns tipos de órgãos públicos, em especial o Banco Central. Há, em geral, uma série de fatores que o Governo prioriza frente á uma operação de Fusão & Aquisição, buscando um crescimento do setor sustentado em bases sólidas. Entre outros interesses do Governo, são priorizados a proteção ás empresas de menor porte ; a restrição ao acesso de instituições estrangeiras ao mercado doméstico ; limitação à escala alçada pela empresa ; e fornecimento de incentivos diferenciados à aquisição de instituições em situação de insolvência. Através destes estabelecimentos, o Estado procura garantir a concorrência, evitar a monopolização do mercado, não entregar de forma exagerada o setor aos estrangeiros, e reduzir o potencial impacto sistêmico, respectivamente.

2.2.4) Progresso Tecnológico

O avanço tecnológico é motor da globalização financeira, como visto no Capítulo 1. E não poderia ser diferente no impulso às Fusões & Aquisições. Um entrave ao crescimento em escala, no passado, era obter um tamanho excessivo incompatível com o controle operacional. Hoje, com o progresso tecnológico, o controle tornou-se mais adequado, permitindo também a produção de novos serviços financeiros, reduzindo o risco e aumentando o volume de transferências.

2.2.5) Desregulamentação Financeira

Este aspecto, melhor tratado no Capítulo 1, é um dos maiores impulsos às Fusões & Aquisições. Estas não teriam o mesmo efeito sem a desintermediação financeira, que veio evoluindo na década de 70 e 80. Um fator crucial é a maior viabilidade das instituições financeiras a se internacionalizarem, provocando uma procura por mercados menos eficientes ou menos concentrados, que apresentem potenciais de crescimento.

Outras mudanças continuam a ocorrer na década de 90. Como exemplo, pode-se citar o Riegle Neal Interstate Banking and Branching Efficiency Act, de 1994, nos EUA, reduzindo as restrições à expansão geográfica. E a European Union Banking Directive, de 1993, na Europa, autorizando qualquer banco pertencente à União Européia a operar livremente dentro dos países que a compunha. Neste ponto, cabe observar a influência da União Européia no processo de Fusões & Aquisições. Pode-se voltar na Tabela 2.3 e perceber que 45% das consolidações internacionais ocorreram Intra-Europa. Mas, as operações domésticas continuaram sendo as mais importantes, indicando, segundo Selmo Aronovich, uma reestruturação dos mercados domésticos com o intuito de forma instituições nacionais com significativos volumes de ativos com vistas a competir, posteriormente, pelo ampliado mercado econômico europeu.

Mesmo com essa ampla desintermediação financeira, a atual estrutura regulatória, nos EUA, impedem o crescimento excessivo das empresas, tornando improvável um aumento significativo e contínuo do market share ao longo do tempo.

2.2.6) Privatização

A privatização é um processo que corrobora com as aquisições e incorporações. A princípio o Governo tem duas metas ao realizar a venda de bancos em que possui participação : aumentar a eficiência do mercado e/ou reduzir o desequilíbrio fiscal. A privatização é um movimento muito discutido, pois, entre os mais conservadores, há uma crítica à conseqüente redução da capacidade de intervenção do governo na economia.

2.3) Efeitos da Consolidação Financeira

As Fusões & Aquisições por serem um processo recente, ainda não se pode apontar com exatidão os resultados, mas consegue-se pelo menos teoricamente verificar algumas tendências. E algumas destas tendências serão trabalhadas neste tópico, atentado principalmente para a concentração econômica e suas repercussões, o impacto sobre a eficiência das instituições e do setor e efeitos sobre a esfera macroeconômica.

2.3.1) Consolidação e Concentração Econômica

O aumento da concentração econômica é visível conforme a Tabela 2.1. O nível da concorrência aumentou, alertando aos bancos a procura por uma melhor eficiência e qualidade e inovação dos serviços. Devido à esta tendência a concentração, os bancos já estão cientes dos critérios adotados pela autoridade de defesa da concorrência para identificar barreiras potenciais à concorrência, evitando, deste modo, práticas oligopolísticas, conforme opinião de Berger, Demsetz e Strahan (1998).

2.3.2) Consolidação e Influência sobre o Crédito

Nem todas Fusões & Aquisições aumentam de forma significativa a fatia do mercado das partes envolvidas. Muitas vezes o efeito pode ser até contrário, em virtude da má estratégia articulada.

Conforme estudo do mercado norte americano de Akhavein, Berger e Humphrey (1997), as megafusões provocaram uma queda da taxa de juros de depósito e de empréstimo. Por megafusões, entende-se aquelas transações que resultam em instituições cujos ativos totais atingem um valor de no mínimo US\$ 1 bilhão. As Fusões expandiram a carteira de empréstimos, obtendo ganhos de eficiência gerencial em virtude da melhor distribuição da carteira, que permitiram a redução das taxas e das tarifas bancárias.

Segundo o mesmo estudo, evidências empíricas mostram quanto maiores os bancos, menos importantes são as carteiras para crédito às pequenas empresas. Existe evidências também de que maiores índices de concentração econômica e menor número de bancos em determinado território estão associados à expectativa de maiores taxas de juros de empréstimo aos negócios de menor porte. E por último, maiores bancos cobram taxas de empréstimo menores do que bancos menores (devido, entre outros fatores, da transferência de ganhos de diversificação, aos clientes). Estas evidências mostram que a concentração bancária proporciona um cenário favorável àqueles que se destacam, aumentando as vantagens dos grandes sobre os pequenos.

Complementando a evidência do estudo anterior, uma análise também do mercado financeiro norte americano, entre 1980 e 1995, de Berger, Saunders, Scalise & Udell (1997), mostra que os bancos que passaram pelo processo de Fusão reduziram a parcela dos ativos totais destinada a empréstimos a pequenas

empresas, aumentando conseqüentemente a parcela alocada às grandes e médias.

Por outro lado, quando se trata de Aquisição, a parcela de empréstimos a pequenas empresas chega a crescer, embora os benefícios em termos de ampliação da oferta de crédito sejam inferiores àqueles usufruídos por empresas de maior porte.

2.3.3) Consolidação e Eficiência

Consolidação não é garantia de eficiência. Existem alguns requisitos que proporcionam tal aumento de eficiência na união de duas ou mais instituições. Quando a Fusão & Aquisição propicia o alcance de escala, escopo e *mix* de produtos mais lucrativos, conjuntamente há uma melhora na eficiência, assim como quando a reorganização significa uma oportunidade para mudança no foco operacional ou aprimoramento da parte gerencial e administrativa. O aumento de eficiência também vem com os ganhos de diversificação de portfólio, obtendo uma relação risco-retorno mais favorável.

2.3.4) Impactos Sistêmicos da Consolidação Financeira

Enquanto os benefícios estão relacionados à crescente eficiência microeconômica, os custos estão associados aos maiores riscos macroeconômicos. Mas pode-se também encontrar efeitos positivos na esfera macroeconômica, que são visíveis na balança de pagamentos através do aumento da confiança dos depositantes na estabilidade do sistema financeiro, quer por benefício das fontes de receitas bancárias, quer por mera crença de que algumas instituições possam se tornar “muito grandes para falir”. através da compensação interbancária mais rápida e mais eficiente em virtude do menor número de instituições no mercado ; ou através do aumento da eficiência por permitir que os recursos fluam para os mais eficientes processadores de pagamento , em que há uma tendência a acelerar a

adoção de sistemas de pagamento eletrônico em lugar dos instrumentos convencionais.

Por outro lado, os riscos ao sistema podem ser mais graves que seus benefícios. À medida em que o tamanho médio dos bancos cresce, o potencial de custos em caso de falência também é maior. E o atual cenário de crises financeiras favorece este tipo de consequência, pois bancos maiores elevam o risco de contágio durante crises bancárias. Com o aumento de escala excessivo, a confiança pode se elevar a ponto de se considerarem “muito grandes para falir”, assumindo riscos desnecessários. O ponto mais criticado, dentre os mais conservadores, é referente aos “maiores custos sociais em caso de crises bancárias por causa do aumento da cobertura da rede de segurança institucionalmente estabelecido.



CAPÍTULO III

HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO

É muito importante, se não essencial, conhecer a evolução do sistema bancário brasileiro para poder entender o processo de Fusões e Aquisições que tem sido observado recentemente no país. Para chegar ao estágio atual , muitas modificações foram realizadas com o intuito de aperfeiçoar o setor financeiro, atribuindo-lhe maior competitividade e eficiência.

Para isso, revisa-se neste capítulo, passagens importantes da esfera legislativa e suas subseqüentes implicações, para o mercado bancário e conseqüentemente para a estratégia adotada pelas instituições financeiras. Vale a pena referir-se à periodização que retrata as mudanças mais significativas entre as determinadas fases : 1964 a 1988, em que se observa o modelo de compartimentalização e pós-1988, em que se defronta com um modelo de conglomeração. Entretanto, assim como as mudanças no sistema financeiro internacional analisadas no capítulo anterior, ocorrem progressivamente, pois, na realidade o que ocorre é uma transição progressiva (tendo que demarcar as fases com datas apenas para uma formalização), a evolução do sistema bancário

brasileiro sofre do mesmo processo. Ou seja, a conglomeração formalizada apenas em 1988 já vinha sendo observada desde a segunda metade da década de 70.

O intuito deste capítulo, portanto é analisar o período que se estende de 1964 a 1994. A fase do Plano Real, que se estende até os dias de hoje, será estudada no capítulo seguinte, tendo como principal objetivo a comparação entre os dois períodos, com ênfase na modificações estruturais do setor financeiro.

3.1. Mudanças na Legislação do Sistema Financeiro Brasileiro

Nesta seção serão analisados três aspectos fundamentais da estrutura financeira nacional, apresentando e discutindo a legislação das instituições financeiras de forma mais geral ; e em pontos mais específicos, a legislação sobre os bancos públicos e sobre as empresas estrangeiras, com o objetivo de uma posterior comparação com o período Pós Real.

3.1. 1 A Legislação das Instituições Financeiras

As reformas financeiras de 1964 e 1965, inspiradas no modelo norte-americano, estabeleceram um sistema baseado em instituições especializadas. Os bancos comerciais somente poderiam realizar operações de crédito de curto prazo, captando depósitos à vista. Os bancos de investimento e desenvolvimento, por sua vez, seriam responsáveis pelos empréstimos de longo prazo, a partir da captação de depósitos a prazo e de recursos no exterior. As sociedades de crédito, financiamento e investimento (financeiras) deveriam operar no crédito ao consumidor e em empréstimos pessoais, captando letras de câmbio. Finalmente, as instituições do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) responderiam pelo financiamento habitacional, com base nos recursos obtidos através de depósitos de poupança e de letras imobiliárias.

Especificamente, há a tentativa de adoção do modelo americano de *compartimentalização*, visando evitar sobreposição de tarefas num tipo de instituição. O objetivo era estimular a poupança privada em ambiente de inflação, no contexto de uma política gradualista de combate à mesma, e criar mecanismos de financiamento não-inflacionários para o déficit do governo (Paula 1998)

Entretanto, houve desvios na reforma da medida em que os banqueiros tradicionais retraíram-se diante do novo modelo. Assim, nos anos 70 foi abandonada a política de especialização, adotando-se estratégia oposta: a *conglomerção*. Essa foi feita através da aquisição de empresas e cartas-patente entre segmentos do sistema financeiro, movimento liderado pelos bancos comerciais. Com o recrudescimento da inflação e fuga de recursos do sistema bancário (já que o mesmo não captava com correção monetária), vários bancos que haviam sido abertos após a reforma foram incorporados por instituições maiores: houve um movimento de concentração.

Com isso, no período 1965-76 observa-se uma redução na quantidade de bancos comerciais. Isso se mantém até 1988, quando é realizada uma nova reforma bancária tornando de direito algo que já acontecia de fato – a conglomerção – através da criação dos bancos múltiplos. Diferentes instituições financeiras pertencentes ao mesmo conglomerado podiam operar juntas utilizando o mesmo espaço físico no período de 1964-88, mas com um plano contábil separado, de modo a se enquadrar na legislação. Em junho de 1988, o Banco Central introduziu o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (Cosif), que tornou possível a unificação das instituições financeiras em um mesmo plano contábil. Em setembro do mesmo ano, foi aprovada a Resolução 1.524, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criando os chamados bancos múltiplos, que passariam a operar no mínimo em duas e no máximo em quatro das funções das antigas instituições financeiras: bancos comerciais, bancos

de investimento, bancos de desenvolvimento, financeiras e instituições de poupança e empréstimo. Porém, o destaque maior é a extinção da carta patente. A autorização do BC para o funcionamento de instituições financeiras tornou-se, então, inegociável e intransferível. A criação de bancos passou a ser realizada baseando-se em critérios como competência e idoneidade dos gestores, capital mínimo e grau de alavancagem. Houve um aumento significativo na quantidade de instituições bancárias e uma diminuição na concentração.(1988-1994)

A nova Constituição federal, de 1988, especialmente em seu artigo 192, prevê o redesenho do sistema financeiro, a ser regulamentado em lei complementar. O artigo é bastante polêmico. Os incisos I e II prevêem a separação das instituições bancárias das não-bancárias (estabelecimentos de seguro, previdência e capitalização), o que, de fato, constitui um retrocesso em direção ao modelo de bancos especializados. Entretanto, a experiência brasileira pós-1964 mostrou que, na prática, esse modelo acabou não funcionando.

3.1. 2 Programa de Apoio ao Setor Público Estadual

Conforme Puga (1999), durante o período de 1964-1988 o número de agências de bancos públicos teve um forte aumento. Este aumento significativo é reflexo da tentativa de capturar o imposto inflacionário. Os bancos públicos também funcionam no período como financiadores das obras e dos desajustes fiscais dos governos estaduais.

No final da década passada e início desta, o debate acerca da necessidade da existência de bancos estaduais e da eventual conveniência de sua privatização se intensificou. Dentre os argumentos favoráveis aos bancos estaduais, colocava-se a necessidade de se corrigirem distorções de mercado e serem socializados os ganhos

decorrentes das transferências inflacionárias. Também se mencionava que, na ausência de bancos estaduais, boa parte dos municípios brasileiros não seria atendida pela rede bancária. Por outro lado, os críticos desses argumentos afirmavam que as diferenças entre o retorno social e o retorno privado de projetos seriam melhor equacionadas através de esquemas de incentivos e desincentivos, tais como subsídios ou impostos indiretos, que levassem à solução dos problemas pelo sistema financeiro privado (Cysne e Faria (1997)). A socialização das transferências inflacionárias poderia ser conseguida taxando-se diretamente as instituições financeiras por meio de impostos sobre o lucro ou de depósitos compulsórios (Werlang e Fraga Neto (1993)). Além disso, Papageorgiou (1992) sugeria que nos municípios de baixa renda, onde a colocação de agências bancárias não é rentável, a captação de poupança e os pagamentos em outras praças poderiam ser feitos nos postos dos Correios. O principal argumento contrário aos bancos estaduais, contudo, referia-se ao tipo de relacionamento que essas instituições costumavam ter com seus controladores e com o governo federal.

Assim, o abuso no endividamento terminava por levar a uma situação em que os fluxos de caixa dos estados se tornavam insuficientes para atender aos serviços da dívida. Com os estados ficando inadimplentes, seus bancos acabavam tendo problemas de liquidez. Nesse caso, as pressões políticas dos governadores faziam com que o Banco Central fosse chamado a socorrer essas instituições, oficialmente, através do redesconto ou de um empréstimo de liquidez ou, por via indireta, injetando liquidez no mercado. Como consequência, havia emissão de moeda, dificultando a condução da política monetária e a estabilização da economia. Recordando o cenário internacional no início dos anos 80, percebe-se que a liquidez mundial havia se estancado, comprometendo, principalmente, a saúde dos bancos públicos de países em desenvolvimento, culminando com a Moratória de 1983. A partir deste momento o Estado colocou em prática, de modo intenso, uma política de apoio aos bancos

públicos. No entanto, mesmo com a insistência na adoção de diversos programas destinados ao saneamento dos bancos estaduais, as instituições continuaram a apresentar desequilíbrio. Dentre os principais programas adotados, temos:

- Em 1983, o Programa de Apoio Creditício (PAC), constituído por uma linha de empréstimo de liquidez em condições privilegiadas.
- Em 1984, o Programa de Recuperação Financeira (Pro-ref), que era uma linha de empréstimo com condições mais rigorosas, vinculada a ajustes.
- Em 1986, a junção PAC com o Proref ampliou os mecanismos de penalização.
- Em 1987, o Regime de Administração Especial Temporária (Raet), decretado em dez instituições apenas nesse ano.
- Em 1988, uma linha de financiamento de US\$ 800 milhões para todos os bancos estaduais, vinculada a ajustes.
- Em 1990, o Programa de Recuperação – linha de empréstimos vinculada a ajustes, paralelamente à liquidação extrajudicial de quatro bancos estaduais.
- Em 1992, a linha especial para os bancos liquidados em 1990, vinculada a ajustes.

Observa-se, então, neste período uma tentativa de preservação dos bancos públicos, evitando a redução deste tipo de banco no setor financeiro. Por outro lado, a não recuperação do desequilíbrio destas instituições serviram de argumento para aqueles que defendem uma eventual privatização na busca de melhor desempenho.

3.1.3 Mudanças na Legislação sobre o Capital Estrangeiro

A Lei 4.131, de setembro de 1962, aplicou o princípio da reciprocidade no tratamento do ingresso de instituições estrangeiras no sistema financeiro brasileiro. O artigo 50 estabelecia que “aos bancos estrangeiros autorizados a funcionar no Brasil”, seriam

aplicadas as “mesmas vedações ou restrições” que a legislação de seus países de origem impunha aos bancos brasileiros que neles desejassem se estabelecer (Cysne e Faria 1997). Pelo artigo 51, ficava vedado, aos bancos sediados em países cuja legislação impunha restrições ao funcionamento de bancos brasileiros, adquirir mais de 30% das ações, com direito a voto, de bancos brasileiros. A participação estrangeira no capital de uma instituição brasileira foi limitada a 50% do capital social e a um terço do capital com direito a voto. Em 1964, a Lei 4.595 estabelecia que a entrada de instituições financeiras estrangeiras só poderia ocorrer mediante prévia autorização do Banco Central ou decreto do Poder Legislativo. Freitas (1998) aponta que, embora não existissem regras formais explícitas, somente era admitida a entrada de investidor estrangeiro em bancos de investimento e em empresas de *leasing* através de participação acionária minoritária.

Ao lado dessa lei, foi editada em 1967 a Resolução nº63 através da qual instituições financeiras captavam recursos no exterior e repassavam- nos diretamente.

Nos anos 70, havia uma forte liquidez internacional, com destaque para os Petrodólares e a forte expansão do Euromercado. O governo brasileiro utilizava-se dessas condições e estimulava o endividamento externo. Há, em 1974, o lançamento do II PND, o qual terminaria, esperava-se, o processo de substituição de importações e lançaria bases para auferir superávites comerciais que permitiriam cobrir a dívida contraída. Neste quadro de endividamento externo, dá-se a entrada de mais instituições financeiras estrangeiras no país. O ingresso de alguns bancos comerciais esteve associada à expansão de alguns bancos brasileiros no exterior (diante de exigências de reciprocidade). As formas predominantes de atuação foram os casos de bancos com controle estrangeiro e associação ao capital estrangeiro, já que estes dispunham de maior facilidade na captação de recursos no exterior devido à sua presença como matriz nos países desenvolvidos.



A presença de estrangeiros também é observada nos Bancos de Investimento. Conforme Baer (1986), até 1970 o nº de bancos estrangeiros com participação acionária numa mesma instituição chegava a oito. Com isso, nenhum dos associados internacionais chegou a exercer uma grande influência nas diretrizes da instituição.

“Entretanto, na primeira metade de 1970, alguns grupos financeiros nacionais se associaram a bancos internacionais, visando participar da captação via Resolução 63 e devido ao movimento de concentração e conglomeração em processo. Assim, os grupos nacionais buscavam fortalecer suas posições no sistema financeiro internacional. A participação relativa do capital estrangeiro nos bancos de investimentos cresceu, quanto aos bancos com participação estrangeira, de 44% em 1970 a 66% em 1980”. (Baer, 1986)

Um último segmento é o dos bancos estrangeiros com escritório de representação no país. Eles foram importantes na intermediação de operações de transferências e créditos diretos à indústria e no acompanhamento do desempenho da economia brasileira (avaliação do risco do país).

Entendendo as medidas e resoluções presentes neste período, verifica-se a sustentação de uma barreira à entrada de bancos estrangeiros. Observa-se, sim, a presença de instituições mais tradicionais, instaladas no país há um tempo razoável, como o Citybank, Loyd's, BankBoston, entre outros.

Mas, com certeza, esta barreira não era intransponível. No caso de entrada de instituições financeiras, esta se restringia ao setor específico de investimento, comprometendo sua presença no setor de varejo (comercial). Este, portanto, foi um

período em que as instituições privadas nacionais puderam liderar o setor financeiro com considerável margem, mantendo a concorrência restrita às instituições brasileiras.

3.2 Estratégia dos Bancos pós-Reforma de 1988

É importante destacar a mudança de atitude das instituições bancárias frente à criação do Banco Múltiplo e a extinção da carta-patente. Ou seja uma nova estratégia dos bancos pós reforma de 1988.

Como já foi apontado, estas medidas promoveram uma nova expansão no número de instituições bancárias, contribuindo para o acirramento da competição. Ao lado disso, foi-se amadurecendo, na primeira metade da década de 90, a percepção de que a estabilização monetária seria alcançada e ajustes seriam necessários.

A dinâmica da concorrência levou os bancos a dividir seus ganhos oriundos do *float* com os clientes, o que diminuiu a margem de receitas apesar da ampliação da base de clientes.

Assim, a resposta mais notável nesse ambiente concorrencial foi o desenvolvimento de mercados-alvo para operação dos bancos, vale dizer, o desenvolvimento de nichos e segmentos de atuação. Nota-se uma tendência à redução de bancos tipicamente varejistas com grandes estruturas operacionais e administrativas, visando manter ampla rede de distribuição e de linha de produtos.

Pode-se apontar alguns nichos delimitados. Na faixa das pessoas físicas, desenvolve-se o *private bank*, voltados para níveis de renda ou patrimônio elevados. No que se refere às pessoas jurídicas há a segmentação entre *middle market* (empresas de médio

porte, com faturamento de 10 a 100 milhões de dólares) e *corporate finance* (grandes corporações, com faturamento acima de 100 milhões de dólares). Este último apresenta uma maior concorrência no sistema financeiro brasileiro. Observa-se também no período pós 88 o desenvolvimento de nichos para bancos de negócio, intermediando fusões e aquisições, além de estruturar financiamento no mercado de capitais e gerir fluxo de caixa. (Madi & Meleti 1995)

Além da segmentação, são realizadas inovações financeiras estimuladas pela tentativa de atender a demanda por liquidez (derivada de comportamentos defensivos e especulativos) e às necessidades de financiamento dos grandes agentes econômicos. Por um lado, desenvolveram-se mecanismos para manter os recursos no sistema financeiro em um quadro de fragilidade financeira do setor público e de grande instabilidade inflacionária. Por outro, a abertura da economia brasileira abriu espaço para a utilização de ativos securitizados e mecanismos de hedge (como opções, swaps, futuros).

Além disso, observa-se o desenvolvimento de produtos *taylor-made* buscando atender demandas específicas na administração de recursos de terceiros, na definição da composição do *funding* relativo a operações de financiamento (busca de estrutura de *funding* mais barata, envolvendo tanto operações no mercado de crédito como no de capitais), na composição de portfólio dos clientes e *exposure management*, e montagem de operações de comércio exterior.

Nesse modo de competição (com a exploração de nichos de mercado), os pioneiros foram os estrangeiros que optam pela gestão de empresas de primeira linha e pessoas físicas com elevado nível de renda e ou patrimônio.

Outra estratégia é a busca por diversificação patrimonial, em que se procura ampliar o mix das fontes de receitas. Uma das formas assumidas nesse processo foi a participação no processo de privatização com algumas empresas do setor financeiro adquirindo (através de participação de consórcios) empresas do setor produtivo. (Madi & Meleti 1995). Nesse sentido, haveria dois tipos de compradores no mercado de fusões e aquisições : o comprador estratégico, voltado para aspectos mercadológicos , industriais ou operacionais , e o comprador financeiro, não tem vocação nem interesse em operar. Nesses papéis , há destaque para os grandes bancos varejistas e de modo mais específico para os bancos de negócio, que compram e vendem títulos (ações , bônus e debêntures) , administram fortunas de pessoas físicas e caixa de empresas, acessoram na compra e venda de empresas, reestruturam empresas e compram empresas para os seus investidores.

Nos anos 90 também ,os bancos de origem nacional e estrangeira estariam focando o atacado, após abandonar a expansão de rede e da clientela. Haveria, junto a isso, uma grande concorrência pelos novos segmentos, o que impôs a necessidade de se criar diferenciais no próprio mercado. As novas estratégias exigem transformações organizacionais: reengenharia para renovação das estruturas existentes. Vale dizer, há um processo de redimensionamento das organizações , maior especialização e crescente terceirização de alguns serviços, além de visão global do cliente por parte dos funcionários.

Com o avanço da automação, intensificou-se a tendência à redução no quadro do nº de funcionários bancários e embora houvesse ganhos de produtividade esses não gozaram de repasses. (Costa 1999). Além disso, observa-se uma mudança no perfil dos funcionários, os quais apresentam um nível de qualificação cada vez maior.

Um último aspecto a ser destacado seria o das estratégias de internacionalização dos bancos nacionais, o que seria reflexo da abertura da economia, do crescimento do comércio exterior e proximidade a fontes para emissões de bônus nos Estados Unidos e Europa.

CAPÍTULO IV

CENÁRIO PÓS - PLANO REAL

O cenário financeiro brasileiro modificou muito com o Plano Real, afetando as estratégias dos bancos, os serviços financeiros, a demandas dos clientes etc. O Banco Central passou a ter funções mais independentes. Uma série de leis, resoluções, decretos e medidas provisórias foram estabelecidas, mudando sensivelmente o regimento do mercado financeiro brasileiro. Todas estas mudanças de legislação foram editadas pelo Banco Central, em seu próprio site. E o autor Puga (1999) tem grande contribuição no fornecimento de dados e interpretações.

Será tratado no presente capítulo as mais importantes mudanças no setor , para que no próximo tópico possa entender os desdobramentos destas para o desempenho dos bancos, atentando para o processo de Fusões & Aquisições. As mudanças estão divididas em três aspectos : as instituições financeiras em geral; as instituições estatais e as instituições estrangeiras, mas em níveis diferentes.

Com relação ao primeiro aspecto, o Acordo da Basileia, imposto pelos países desenvolvidos ratificava uma série de exigências, que estarão dispostas no decorrer do capítulo, com o intuito de fortalecer o sistema bancário. Enquanto o Proer é criado com o objetivo de sanear o sistema, focando suas atividades em intervenções nas

instituições que apresentem graves problemas de insolvência. Conjuntamente, estas duas mudanças implicam na privatização do setor bancário, através do Proes, e de uma ampla liberdade à entrada de bancos estrangeiros no país, através de sucessivas mudanças na legislação.

4.1 A Legislação das Instituições Financeiras

A partir da implementação do Plano Real, no início de julho de 1994, as reformas empreendidas na área financeira tiveram, principalmente, a finalidade de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional. Tais reformas se tornaram essenciais com a estabilização da economia, em especial a perda de importante fonte de receita advinda das transferências inflacionárias, o *floating*.

O fortalecimento do sistema financeiro é, na verdade, o principal objetivo do Acordo da Basileia. Conforme tal acordo, ficam estabelecido princípios e pré-requisitos, que servem como referência básica para uma supervisão bancária e de suas jurisdições, eficaz. Desta forma, “em agosto de 1994, em consonância com o Acordo da Basileia, o Banco Central editou a Resolução 2.099, estabelecendo limites mínimos de capital para a constituição de um banco, além de limites adicionais que variavam de acordo com o grau de risco dos ativos. Foi definido um limite de R\$ 7 milhões de capital realizado e patrimônio líquido, para os bancos comerciais; de R\$ 6 milhões, para os de investimento e de desenvolvimento e sociedades de crédito imobiliário; e de R\$ 3 milhões, para as financeiras. No caso dos bancos múltiplos, o somatório dos valores correspondentes das carteiras foi reduzido em 20%. Para as instituições estrangeiras, o limite mínimo de capital seria 100% superior ao limite fixado para as instituições nacionais (exigência abolida em novembro de 1995). Além disso, as instituições financeiras deveriam manter um nível mínimo de patrimônio líquido ajustado correspondente a 8% dos ativos ponderados pelo risco. Ativos como caixa, reservas

junto à autoridade monetária, títulos públicos federais e reservas em moeda estrangeira depositadas no Banco Central passaram a ter risco zero. Os depósitos bancários de livre movimentação mantidos em bancos, aplicações em ouro, disponibilidades em moeda estrangeira e créditos tributários foram classificados como de risco de 20%, enquanto os títulos estaduais e municipais e aplicações no interbancário, como de risco de 50%. Finalmente, os riscos das operações de empréstimo e financiamento, aplicações em ações, debêntures, obrigações da Eletrobrás, operações vinculadas a bolsas de valores, de mercadorias e futuros foram fixados em 100%." (Puga, 1999)

Diante desse quadro, 1995, o governo continuou a estabelecer um novo conjunto de medidas voltadas para a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro. "Através da Medida Provisória 1.179, foram criados incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras, permitindo que a instituição incorporadora passasse a contabilizar como perda os créditos de difícil recuperação da instituição adquirida. A Medida Provisória também possibilitava que essa instituição pudesse contabilizar como ágio a diferença entre o valor patrimonial da participação societária comprada e o valor da aquisição, podendo compensar essa diferença nos resultados futuros da instituição e, desse modo, ter benefícios fiscais. A Medida Provisória 1.182 ampliou os poderes do Banco Central, de maneira que realize ações preventivas para sanear o sistema financeiro. A medida permite que a autoridade monetária exija das instituições com problemas de liquidez um novo aporte de recursos, a transferência do controle acionário ou a reorganização societária por meio de incorporação, fusão ou cisão. Essa Medida Provisória, convertida em março de 1997 na Lei 9.447, facultou ao Banco Central desapropriar as ações do controlador de um grupo financeiro e, posteriormente, efetuar sua venda por meio de oferta pública (leilão) caso ele não acate suas recomendações."(Puga 1999)

Retornando ao novo cenário imposto pelo Plano Real, nos primeiros meses, a perda das receitas com o *floating* foi compensada pelo aumento das operações de crédito, favorecidas pelo rápido crescimento econômico decorrente da estabilização. Neste momento, as expectativas quanto ao sucesso do plano eram muito positivas e o excesso de entusiasmo acabou por influenciar a elevação do crédito o que, posteriormente, teve efeitos danosos às instituições e ao mercado em geral. A diminuição do ritmo de crescimento da economia no segundo trimestre de 1995, decorrente da adoção de uma política monetária e creditícia altamente restritiva devido à crise mexicana, tornou inevitável o ajuste nos bancos. Os créditos em atraso e em liquidação cresceram substancialmente. A inadimplência afetou não apenas os bancos, mas o comércio como um todo, e os próprios inadimplentes, que viram suas dívidas multiplicarem-se devido aos juros incidentes. Os problemas se agravaram ainda mais com a liquidação do Banco Econômico, em agosto de 1995, que concentrou a liquidez nas instituições de grande porte.

Ainda em 1995, a Resolução 2.208 – em conjunto com a Medida Provisória 1.179 - instituiu o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) , com o propósito de assegurar a liquidez e a solvência do sistema ordenando a fusão e incorporação de bancos a partir de regras ditadas pelo Banco Central. Sua chegada, logo após a crise do Banco Econômico, o 22º banco sob intervenção/liquidação desde o Plano Real, não deixa de ser, entretanto, uma forma do governo antecipar-se a outros problemas, e facilitar o processo de ajuste do SFN. Com o Proer, os investimentos e a poupança da sociedade ficam assegurados. O Proer contempla, então, a criação de uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não-privativas de instituições financeiras. Além disso, as instituições participantes desse programa podem diferir em até dez semestres os

gastos com a reestruturação, reorganização ou modernização, além de ficar temporariamente liberadas do atendimento dos limites operacionais referentes ao Acordo da Basiléia. Até então, não havia uma estrutura institucional que prevenisse o sistema contra os riscos de uma crise financeira. Conforme Puga (1999), atuação do Banco Central para socorrer as instituições se dava mais em caráter emergencial, utilizando recursos da reserva monetária, que contava com parte da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

É importante observar neste momento uma outra face do Acordo da Basiléia. Sendo esta elaborada em comum acordo entre os países do G-10, alguns interesses não são muito visíveis às autoridades dos países em desenvolvimento. Incluindo na estratégia de fortalecimento do sistema financeiro, está o interesse em abrir os mercados nacionais aos bancos estrangeiros. O conjunto de medidas em consonância com o acordo requer uma melhor “saúde” das instituições. Desta forma, nos casos de intervenção e liquidação, os bancos estrangeiros encontram uma boa oportunidade de ingressar no mercado nacional, já que com relação à “saúde” não existem instituições semelhantes no país.

Retomando o conjunto de medidas que busca proporcionar uma reestruturação do sistema financeiro, através da Resolução 2.211, em 1995, o Banco Central aprovou o estatuto e regulamentou o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que estabelece uma garantia de até R\$ 20 mil por titular para os depósitos e aplicações, nos casos de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, falência ou reconhecimento pelo Banco Central de estado de insolvência da instituição financeira após o Plano Real (junho de 1994).

A Resolução 2.212, também em 1995, dificultou a constituição de novas instituições financeiras e criou incentivos para a fusão, incorporação e transferência de controle acionário. Essa norma, conforme a Circular N. 1528 editada pelo Banco Central, estabeleceu um limite inicial maior de capital para a constituição de novos bancos. Nos dois primeiros anos de funcionamento da instituição financeira, o patrimônio líquido ajustado terá de corresponder a 32% dos ativos ponderados pelo risco, percentual que cairá gradualmente até o sexto ano, quando vigorará o limite de 8% referente ao Acordo da Basileia. Contudo, os casos de fusão, incorporação ou transferência de controle acionário ficaram isentos dessa nova exigência. Além disso, passou a ser exigido que os controladores comprovem ter uma situação econômica compatível com o empreendimento e correspondente a no mínimo 220% do maior dos seguintes parâmetros: valor patrimonial contábil; capital mínimo para a instituição, previsto na regulamentação vigente; e preço de aquisição. Desta forma, pode-se adiantar que a tendência a partir deste momento é de uma sensível queda no número de instituições financeiras. Em 1996, a Medida Provisória 1.334 instituiu a responsabilidade das empresas de auditoria contábil ou dos auditores contábeis independentes em casos de irregularidades na instituição financeira. Ficou decretado que as instituições não podem auditar a mesma empresa por mais de três anos, tendo assim um melhor controle das operações dos bancos.

Ainda em 1996, "(...) a Resolução 2.302 obrigou os bancos com dependência ou participação societária em instituições financeiras no exterior a apurarem os limites operacionais referentes à Resolução 2.099, com base em dados financeiros consolidados, sendo elevado o limite de capital mínimo para a constituição de tais bancos e para suas dependências no exterior" (Puga 1999). Definiu-se ainda que o Banco Central passaria a fiscalizar as operações das dependências no exterior em que os bancos tenham participação.

Nesse mesmo ano, a Resolução 2.303 permitiu que as instituições financeiras cobrassem tarifas pela prestação de serviços, desde a emissão de um segundo talão de cheque no mês até outros serviços mais sofisticados. Tal medida se mostrou necessária em virtude da perda de receita pelos bancos com a queda da inflação.

Em 1997, o Conselho Monetário Nacional criou o Sistema Central de Risco de Crédito (Resolução 2.390). A medida estabelece que as instituições financeiras devem identificar e informar o Banco Central sobre os clientes (pessoas físicas e jurídicas) que possuam saldo devedor superior a R\$ 50 mil. O sistema também permite que as instituições financeiras tenham acesso ao saldo devedor de cada cliente com o sistema financeiro, desde que isso seja autorizado pelo cliente, contribuindo, assim, para que os bancos possam distinguir os tomadores de crédito, facilitando a diminuição das taxas de juros das operações ativas.

Ainda em 1997, foi modificada novamente a exigência de capital mínimo das instituições financeiras, elevado de 8% para 10% dos ativos ponderados pelo risco, por meio da Resolução 2.399. O novo limite ficou acima do estabelecido pelo Acordo da Basileia, representando uma redução no limite máximo para os empréstimos, por exemplo, de 12,5 vezes para dez vezes o patrimônio líquido. Além disso, a Circular 2.784, de novembro, elevou o limite de capital mínimo para 11%, mas permitiu que as instituições se enquadrassem até o final de 1998. E também, a provisão para as operações de *swap* subiu para 20%, com prazo de adequação em fevereiro de 1998.

Em maio de 1998, a Resolução 2.493 abriu a possibilidade de os bancos venderem parte ou toda a carteira de crédito a sociedades anônimas de objeto exclusivo, a partir de então denominadas Companhias Securitizadoras de Créditos Financeiros (CSCF).

Verifica-se conforme o Proer e as medidas para atender o Acordo da Basiléia, uma mudança visível com relação às legislações vigentes até então, discutidas no capítulo anterior, e que tais modificações irão promover um incentivo á redução do setor estatal e maior liberdade á entrada de bancos estrangeiros com o objetivo, ao menos nacional, de tornar o sistema financeiro mais competitivo. Uma constatação é evidente : as medidas implantadas no âmbito do Proer levam ao enxugamento de instituições bancárias em operação no país.

4.2 Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual

Em agosto de 1996, teve início o Proes, através da Medida Provisória 1.514, com a finalidade de sanear o sistema financeiro público estadual. As exigências estabelecidas pelo FMI, BID e países desenvolvidos estavam diretamente ligadas com a responsabilidade fiscal. Desta forma, o programa de Privatização ganhou força máxima devido a um duplo propósito : estancar as dívidas do Estado e melhorar a eficiência do setor, que por fim, atende o objetivo do Acordo da Basiléia.

Fica clara, portanto, a mudança de tratamento com relação aos bancos estaduais. O apoio fornecido a este segmento, no período anterior passa a dar lugar a um processo de privatização. Com certeza a incapacidade destes bancos retomarem o reequilíbrio pesou na estratégia adotada.

Segundo Puga (1999) , no caso de que não houvesse transferência do controle acionário ou transformação em agências de fomento, a ajuda federal ficaria limitada a 50% dos recursos necessários. O restante deveria ser arcado pelos governos estaduais, sendo necessárias a quitação antecipada de dívidas junto à instituição financeira.

4.3 Mudanças na Legislação sobre o Capital Estrangeiro

Em agosto de 1995, a Exposição de Motivos 311, encaminhada pelo ministro da Fazenda e aprovada pelo presidente da República, estabelecia que eram do interesse do país a entrada ou o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro. Dentre os aspectos destacados, incluem-se a escassez de capitais nacionais; a eficiência operacional e a capacidade financeira superior dos bancos estrangeiros, com reflexos positivos sobre o preço dos serviços e sobre o custo dos recursos oferecidos à população; e a introdução de novas tecnologias. Em novembro do mesmo ano, a Resolução 2.212 eliminou a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro daquele exigido de um banco nacional.

Segundo Freitas (1998) os pedidos de entrada no Brasil têm sido analisados levando-se em consideração, além da capacidade financeira e a solidez da instituição estrangeira, os interesses e prioridades nacionais. Ou seja, solucionar problemas de bancos em dificuldades, fortalecer o sistema financeiro nacional e reiterar a disposição do governo em dar continuidade à política de abertura externa do sistema financeiro.

O montante cobrado para a aquisição de bancos tem oscilado em função, principalmente, da situação na qual a instituição a ser adquirida se encontra, levando em conta seu ativo, suas dívidas, sua clientela.

Desta forma, aquela legislação vigente no período anterior, privilegiando os bancos nacionais e seu conseqüente domínio do mercado, passa a ser transposta por um incentivo á entrada de bancos estrangeiros, implicando em uma concorrência mais acirrada e em uma desnacionalização gradual do setor financeiro.

CAPÍTULO V

A REESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA E AS FUSÕES E AQUISIÇÕES BANCÁRIAS

Após a descrição do cenário financeiro nacional atual, o presente capítulo tem o objetivo de analisar mais especificamente o desempenho das instituições, concentrando-se em indicadores divulgados pelo próprio Banco Central. Três pontos básicos que vêm afetando o setor serão analisados : a evolução das instituições estrangeiras, das instituições estaduais e do processo de Fusões & Aquisições. Para este último, terá como complemento diversas publicações que noticiaram os fatos ocorridos recentemente assim como "prognósticos" de analistas e consultorias especializadas no tema.

Por último, será feita um comparativo das instituições bancárias brasileiras com outras de diversos países.

5.1 Reestruturação do Sistema Financeiro

Nesta seção são analisados a evolução do número de bancos, e da área de atuação das instituições, antes e depois do Plano Real; os efeitos do Proer, instituído em novembro de 1995; o saneamento do sistema financeiro público federal e estadual (após o Proes, que teve início em agosto de 1996); e o ingresso de bancos estrangeiros após a Exposição de Motivos 311, de agosto de 1995 mostrando estatisticamente as mudanças auferidas com a o Plano Real.

5.1.1 Evolução Estatística do Sistema Financeiro nacional

Ao final de 1998, havia 2.053 instituições financeiras sob a supervisão do Banco Central. A Tabela 5.1 ilustra os efeitos da estabilização da economia e dos programas de reestruturação sobre o número de instituições financeiras. Enquanto o número de bancos aumentou de 166, em dezembro de 1988, para 273, em junho de 1994, ao final de 1998 esse número era de 233. Nesses últimos anos, houve uma queda bastante significativa do número de bancos privados nacionais, públicos estaduais e bancos com participação estrangeira. Por outro lado, o número de bancos de investimento aumentou significativamente. No caso das instituições não-bancárias, houve substancial queda do número de distribuidoras de câmbio e valores mobiliários, que passaram de 376, em junho de 1994, para 212, em dezembro de 1998. Contudo, em virtude do crescimento do número de cooperativas de crédito, aumentou o número total de instituições financeiras, de 1.987 para 2.053, nesse mesmo período. No tocante ao número de agências de bancos, elas decresceram de 17.577, em junho de 1994, para 16.121, em agosto de 1998.

5.1.2 Efeitos do PROER

Com base em informações até dezembro de 1997, Barros *et al.* (1998) afirmam que de um total de 271 bancos no início do Plano Real, em julho de 1994, 48 já haviam passado por algum processo de ajuste que resultou em transferência de controle acionário (com e sem recursos do Proer) ou em incorporação por outras instituições. "Nesse período, o Banco Central submeteu 43 bancos a algum tipo de regime especial (Raet, intervenção ou liquidação): um banco de investimento, quatro bancos comerciais privados nacionais, três bancos comerciais públicos estaduais, um banco de desenvolvimento estadual, dois bancos múltiplos nacionais com participação estrangeira, 28 bancos múltiplos privados nacionais e quatro bancos múltiplos públicos estaduais" Puga (1999).

No caso do Proer, Bozano Simonsen (1998) informa que os bancos privados receberam uma assistência de, aproximadamente, US\$ 21 bilhões (3,8% do PIB) na forma de títulos do Tesouro Nacional, em troca dos créditos problemáticos. Desse montante, US\$ 6,8 bilhões foram para sanear o Econômico, US\$ 6,1 bilhões para o Nacional, US\$ 5,9 bilhões para o Bamerindus, US\$ 1,3 bilhão para o Banorte e US\$ 500 milhões para o Banco Mercantil de Pernambuco.

5.1.3 Saneamento do Sistema Financeiro Público Estadual e Federal

Como mostra a Tabela 5.2, na data do estabelecimento do Proes, em agosto de 1996, o sistema financeiro público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais e ou múltiplos. "Exceto pelos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, que não possuem instituições financeiras, apenas três estados ainda não participam do programa – Paraíba, Piauí e Distrito Federal. Somente seis instituições

Tabela 5.1
Número de Instituições Financeiras

Tipos de Instituição	Dez/88	Jun/94	Dez/98
Bancos Públicos Federais	6	6	6
Múltiplos	0	2	2
Comerciais	4	2	2
De Desenvolvimento	1	1	1
Caixa Econômica Federal	1	1	1
Bancos Públicos Estaduais	37	34	24
Múltiplos	0	24	16
Comerciais	23	2	2
de Desenvolvimento	10	7	6
Caixa Econômica Estadual	4	1	0
Bancos Privados Nacionais	44	147	106
Múltiplos	3	138	101
Comerciais	41	9	5
Filiais de Bancos Estrangeiros(Comerciais)	18	19	16
Bancos com Controle Estrangeiro	7	19	36
Múltiplos	0	19	34
Comerciais	7	0	2
Bancos com Participação Estrangeira	5	31	23
Múltiplos	1	29	21
Comerciais	4	2	2
Bancos de Investimento	49	17	22
Total do Sistema Bancário Nacional	166	273	233
Sociedade de Crédito, Financiamento e Inv.	102	42	46
Sociedade de Arrendamento Mercantil	54	72	83
Corretoras de Câmbio e Valores Mobiliários	259	288	233
Distribuidoras de Câmbio e Valores Mobiliários	419	376	212
Soc. Crédito Imobiliário e Assoc. de Poup. E Emp.	55	24	20
Cooperativas de Crédito	598	912	1.222
Companhias Hipotecárias	0	0	4
Total do Sistema Financeiro Nacional	1.653	1.987	2.053

Fonte: Banco Central do Brasil

entraram na opção de ser saneadas – as do Pará, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina (Besc), Rio Grande do Sul e São Paulo (Nossa Caixa-Nosso Banco). Dentre as 26 instituições que optaram por deixar de ser bancos estaduais, dez se enquadraram na opção de ser privatizadas – as do Ceará, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais (Credireal e Bemge), Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo (Banespa) – e cinco na opção de ser extintas (liquidação extrajudicial) – Rio Grande do Norte, Alagoas, Amapá, Mato Grosso e Minas Gerais (Minas Caixa). Para 11 instituições, ficou decidido que virariam agências de fomento – as do Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (Badesc), Bahia (Desenbanco), Minas Gerais (BDMG),

Tabela 5.2
Número de Instituições Financeiras Estaduais

<i>Instituições</i>	<i>Posição em</i>	
	<i>Ago/96</i>	<i>Jul/98</i>
Bancos Comerciais/Múltiplos	23	19
caixas Econômicas	1	1
Bancos de Desenvolvimento	4	4
Bancos Comerciais e ou Múltiplos em Raet	3	1
Bancos Comerciais e ou Múltiplos em Liq. Extrajudicial	1	5
Caixas Econômicas em Liq. Extrajudicial	2	1
Bancos de Desenvolvimento em Liq Extrajudicial	1	0
Total	35	31

Fonte: Boletim Macroeconomico , da SPE (maio de 1998) e Banco do Brasil

Pernambuco, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e Alagoas” (Puga 1999). Ao final de 1998, quatro privatizações já tinham sido realizadas. Antes, em junho de 1997, o Banerj, do Rio de Janeiro, havia sido dividido em duas partes – uma foi adquirida pelo

Banco Itaú e a outra sofreu liquidação extrajudicial. No mesmo ano, em agosto, o Credireal foi comprado pelo BCN, que acabou sendo vendido para o Bradesco em outubro de 1997. Em 1998, ocorreram outras duas vendas de bancos estaduais: em setembro, o Itaú comprou o Bemge e, em novembro, o Bandepe foi adquirido pelo holandês ABN Amro. Já em 2000, o Banestado (Paraná) foi adquirido pelo Itaú e o gigante Banespa (São Paulo) pelo Santander, através de leilões. Estes últimos não incorporados na tabela, devido às recentes transações realizadas.

Bozano Simonsen (1998) mostra que aproximadamente US\$ 48 bilhões (6% do PIB) em títulos federais foram emitidos para sanear os bancos estaduais, cerca de três vezes o montante despendido no Proer. Desse total, US\$ 26 bilhões foram destinados ao equacionamento da dívida do estado de São Paulo com o Banespa, que foi federalizado em dezembro de 1997 e teve sua privatização efetuada em novembro de 2000. Do restante, US\$ 8 bilhões foram para a Nossa Caixa, US\$ 4 bilhões para o Banestado, US\$ 1,5 bilhão para o Bemge, US\$ 3 bilhões para o Banerj e US\$ 3 bilhões para o Banrisul. Esta é uma evidência de que um dos motivos da privatização é sanar parte das dívidas públicas, discutidas nas causas das consolidações bancárias, no Capítulo II.

5.1.4 Ingresso de Bancos Estrangeiros

O banco holandês Raibobank Nederlands, que já possuía um escritório de representação no Brasil, foi a primeira instituição estrangeira a ingressar no país após a Exposição de Motivos 311, de agosto de 1995, sendo autorizado a operar nessa data. Também em 1995, o Banco Comercial S.A., do Uruguai, foi autorizado a atuar no Brasil. Desde então, entraram cinco instituições em 1996 e outras 13 em 1997, tendo esse movimento continuado em 1998. Dentre os principais bancos que ingressaram no país, destaca-se o Hongkong Shanghai Banking Corporation (HSBC), que em março de

1997 adquiriu o controle do Bamerindus com recursos do Proer e, com isso, ficou sendo, até novembro de 1998, o maior banco estrangeiro no sistema financeiro brasileiro, tanto em ativos como em extensão da rede bancária. Nesse caso, pela primeira vez no país, a falência de uma grande instituição doméstica foi resolvida mediante sua venda a entidade estrangeira. Freitas (1998) destaca que, mesmo em âmbito mundial, não se tem registro de episódio semelhante, apesar do movimento crescente de fusões e aquisições. Em janeiro de 1998, o português Caixa Geral de Depósitos comprou 79,3% do capital votante do Banco Bandeirantes. Nesse mesmo ano, em agosto, o espanhol Bilbao Vizcaya adquiriu 55,5% do capital votante do Excel-Econômico. Em outubro de 1998, o Bilbao Vizcaya passou a deter 100% do capital votante da instituição. A Tabela 4.3 mostra que houve significativo aumento de bancos estrangeiros no país, de 37 para 52, entre junho de 1995, antes da Exposição de Motivos 311, e dezembro de 1998. Enquanto houve uma ligeira redução do número de filiais de bancos estrangeiros, houve acréscimo, de 20 para 36, de bancos nacionais com controle estrangeiro. Com isso, a participação dos bancos estrangeiros no total de bancos múltiplos e comerciais pulou de 15,4% para 25,6% no período.

Tabela 5.3
Evolução do Número de Bancos Estrangeiros no Brasil

<i>Tipos de Instituição</i>	<i>Jun/95</i>	<i>Dez/98</i>
Filiais de Bancos Estrangeiros ¹⁷		16
Bancos Privados com Controlê Estrangeiro	20	36
Total de Bancos Estrangeiros (A)	37	52
Total dos Bancos Múltiplos e Comerciais (B)	240	203
Participação dos Estrangeiros (A/B) %	15,4	25,6

Fonte dos dados brutos : Sisbacen

Além do ingresso de novas instituições no Brasil, também houve a ampliação dos bancos estrangeiros já presentes no sistema financeiro brasileiro. Em especial, ocorreram as aquisições do Banco Geral do Comércio (agosto de 1997) e do Noroeste (outubro de 1997) pelo espanhol Santander. Também em 1997, ocorreu a transferência do controle acionário do Boavista para o Banco InterAtlântico, controlado pelo banco português Espírito Santo, o Grupo Monteiro Aranha e o banco francês Crédit Agricole. Em março de 1998, o Sudameris adquiriu o controle do banco América do Sul.

Em novembro de 1998, o Conselho Monetário Nacional aprovou a venda da totalidade das ações com direito a voto do Banco Real para o ABN Amro Bank, que já havia adquirido 40% de tais ações em julho de 1998. Com essa aquisição, a instituição passou a ser o maior banco estrangeiro no Brasil, tanto em ativos quanto em termos de agência bancária, ocupando a posição do HSBC Bamerindus. No mesmo mês, o banco holandês já havia comprado o Bandepe (Banco do Estado de Pernambuco). Além de ser o maior banco da Holanda, com ativos totais de US\$ 532 bilhões ao final do primeiro semestre de 1998, o ABN é também o maior banco estrangeiro nos Estados Unidos. Cabe destacar que ele está presente no Brasil desde 1917, quando iniciou suas operações com o nome de Banco Holandês da América do Sul. Em 1964, após a união com o Banco Aymoré, tornou-se uma das principais instituições financeiras do país, sendo líder no financiamento de automóveis. Ao final do primeiro semestre de 1998, o ABN ocupava a 24ª posição no *ranking* dos bancos comerciais e múltiplos por ativos. Esta posição privilegiada seria ultrapassada em fins de 2000, com a aquisição do Banespa pelo Banco Santander. Este, passou a ser o maior banco estrangeiro no Brasil e também na América do Sul.

Nos casos do HSBC Bamerindus e do Caixa Geral de Depósitos, que adquiriram, respectivamente, os bancos Bamerindus e Bandeirantes, que se encontravam em sérias dificuldades financeiras, não foi cobrado "pedágio" pelo Banco Central. Por outro

lado, o ABN Amro concordou em pagar R\$ 120 milhões ao BC pela autorização para que pudesse aumentar de 40% para 100% a sua participação no capital votante do Banco Real, sendo a maior taxa cobrada até o momento. Em julho de 1998, o banco holandês já havia pago R\$ 80 milhões pela compra dos 40% do capital votante da instituição.

Finalmente, houve também o aumento da presença estrangeira com a instalação ou aquisição de instituições não-bancárias. Por exemplo, o Deutsche Bank teve autorização para instalar uma corretora de valores; o Citibank e o BankBoston decidiram constituir companhias hipotecárias; e o Lloyds Bank adquiriu a financeira Losango.

Por outro lado, importantes bancos internacionais têm tido dificuldades em se estabelecer. O francês Crédit Lyonnais, por exemplo, vendeu o controle do BFB para o Itaú, em 1996. Além disso, diversos bancos estrangeiros têm optado pela área de atacado, em vez de atuar no varejo. O Chase Manhattan saiu da área de varejo em 1992 para se concentrar nas operações de banco de investimento. O Deutsche Bank optou por se especializar nas áreas de gestão de recursos, finanças corporativas e custódia de valores.

5.1.4.1 Argumentos Favoráveis e Contrários ao Ingresso de Bancos Estrangeiros

Analisando as conseqüências do ingresso de bancos estrangeiros, é inevitável defrontar-se com uma polêmica : se os resultados são benéficos ou maléficos ao sistema financeiro nacional. Precisa-se entender as metas desejadas ao o setor para poder pesar os pós e contras, pois não existe uma verdade absoluta sobre este processo. Cabe a este tópico, portanto, apresentar os argumentos favoráveis e contrários a evolução da presença estrangeira no setor.



Conforme Freitas (1998), através de entrevistas realizadas, a maioria dos executivos de importantes bancos nacionais e estrangeiros que operam no Brasil considerou positiva a ampliação da presença estrangeira, tanto no que se refere à melhoria da qualidade dos serviços e ao aporte de novas tecnologias, como no tocante à redução dos *spreads* e à maior eficiência operacional. O ingresso de bancos estrangeiros tem contribuído para dar mais solidez e eficiência ao sistema financeiro nacional. Durante a maior parte do período analisado, entre dezembro de 1994 e junho de 1997, os bancos com controle estrangeiro foram os mais eficientes. Vale mencionar a aquisição do Bamerindus pelo HSBC, pela qual, pela primeira vez no Brasil, a falência de uma grande instituição foi resolvida com a transferência de controle para uma instituição estrangeira.

Os benefícios do ingresso dos bancos estrangeiros, no mercado financeiro doméstico também são defendidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE-MF). A entrada de bancos estrangeiros, segundo a concepção liberal da SPE-MF, aumentaria a concorrência no sistema financeiro, podendo ocasionar uma redução dos *spreads* e das taxas dos serviços bancários.

Além disso, houve expressivo aumento de eficiência da instituição após a transferência do controle acionário. É importante mencionar que muitos dos bancos estrangeiros entraram ou se expandiram no território brasileiro pelas portas dos fundos, adquirindo instituições comprometidas pelo mal desempenho.

Vale mencionar também que os bancos estrangeiros, a tomar como exemplo a crise do sistema bancário argentino em 1995, têm maior capacidade de absorver choques macroeconômicos. Conforme o Ministério, sabe-se que crises bancárias decorrem da combinação de fatores microeconômicos, determinados pelas características

individuais das instituições financeiras, e fatores macroeconômicos, representados por choques (exógenos ou endógenos) que ocasionam pressões sobre o sistema financeiro de um país. Dessa forma, argumenta a SPE-MF, que quanto mais fortes forem as instituições financeiras em uma economia (independentemente da origem de seu capital), maior será a capacidade do sistema financeiro em absorver choques macroeconômicos.

Aparentemente a razão decisiva, conforme a SPE-MF é pelo fato de que o ingresso de bancos estrangeiros no Brasil tem ajudado a reestruturação do sistema financeiro doméstico, por meio da compra de ativos financeiros de bancos em liquidação em poder do Banco Central e pela compra de bancos brasileiros que estavam com desequilíbrio patrimonial. Ademais, espera-se que bancos estrangeiros venham a participar ativamente do processo de privatização de alguns bancos públicos. Entre outras conseqüências, isto implica em maior demanda nos leilões de privatização de bancos públicos. Os grandes banqueiros brasileiros afirmam que não são contra a concorrência estrangeira, mas sim contrários à predominância entre os grandes bancos. Açam que a decisão sobre a entrada de bancos estrangeiros deve ser discutida, amplamente, pelo Congresso, e não ficar sujeita ao poder discricionário de dirigentes do Banco Central do Brasil.

Não obstante, o estudo realizado por Freitas destaca que, após a compra do Bamerindus pelo gigante HSBC e a colocação em prática pelo Santander de uma agressiva estratégia de aquisições, intensificaram-se as críticas de alguns banqueiros brasileiros à política de abertura do sistema financeiro a bancos estrangeiros. Dentre os pontos levantados pelos banqueiros temos:

- “O real ficaria mais vulnerável, pois os bancos estrangeiros poderiam lucrar apostando contra a moeda nacional, usando seu *funding* em reais e comprando dólares do Banco Central.”
- “O Banco Central poderia perder crédito. Um banco brasileiro dá crédito ilimitado ao Banco Central, já para o banco estrangeiro é um risco de crédito como um outro qualquer.”
- “O poder do Banco Central sobre os bancos nacionais é maior porque o *funding* deles é local. Já o nível de ascendência sobre os bancos internacionais seria muito menor.”
- “A decisão sobre a alocação da poupança seria tomada no exterior.”
- “Os controles sobre os capitais externos seriam menos eficazes. Enquanto os bancos brasileiros com base *off-shore* têm capacidade limitada para levantar recursos externos, os bancos estrangeiros poderiam mobilizar enorme massa de negócios [que estariam] fora do controle da autoridade monetária brasileira, tornando ineficazes os mecanismos de controle.”
- “Nenhum país desenvolvido, na prática, permite que seus maiores bancos sejam comprados por estrangeiros.” (Freitas 1998)

Em relação ao primeiro argumento, Freitas (1998) afirma que não é a presença de bancos estrangeiros que representa uma ameaça ao real. De fato, os bancos, independentemente da nacionalidade, tendem a aproveitar toda e qualquer oportunidade de ganho, mesmo que isso comprometa a condução das políticas monetária e cambial. Quanto à possibilidade de os bancos estrangeiros recusarem a compra de títulos públicos leiloados pelo Banco Central, ele observa que tal comportamento também independe da nacionalidade da instituição. No caso de a alocação de poupança ser decidida no exterior, cabe mencionar que, assim como os bancos privados nacionais, os bancos estrangeiros têm se concentrado nas operações

de crédito de curto de prazo. Tais instituições não têm atuado em operações de longo prazo, exceto como repassadoras de recursos do governo, em especial do BNDES.

Em relação à possibilidade de os bancos estrangeiros inviabilizarem o controle dos fluxos de capitais, Freitas ressalta que a dependência do capital externo é que dificulta o controle da moeda e força o Banco Central a manter taxas de juros elevadas. Finalmente, não existem restrições nos Estados Unidos que impeçam o ingresso de bancos estrangeiros. Contudo, nos países europeus existe a preocupação quanto ao avanço dos bancos norte-americanos sobre os sistemas financeiros locais. Também vale mencionar as resistências do governo francês à aquisição do banco estatal Crédit Lyonnais pelo inglês Barclays Bank.

5.2 Evolução do Crédito, Ativos, Depósitos e Patrimônio Líquido dos Bancos

Embora o número de bancos tenha se reduzido de 273, em junho de 1994, para 233, em dezembro de 1998 houve significativo crescimento de seu tamanho nesse período. O total dos ativos e o patrimônio líquido do sistema bancário nacional cresceram 71% e 61%, em dólar, respectivamente. Também houve importante elevação do volume de créditos concedidos, principalmente no segundo semestre de 1994. A partir de então, o crescimento foi bem mais lento, em função basicamente do aumento da inadimplência. A Tabela 5.4 mostra alguns indicadores que permitem analisar o comportamento dos bancos, assim como comparar o tamanho dos diferentes consolidados analisados.

Em relação aos bancos federais, cabe destacar o processo de federalização do Banespa em dezembro de 1997, que ajuda a explicar a recente diminuição do total de créditos concedidos pelo total dos bancos, e a privatização do banco Meridional, vendido para o Bozano Simonsen. No acordo, ficou acertado que a União receberia créditos do Banespa contra o estado de São Paulo, em 23 de dezembro, com o banco

recebendo títulos públicos federais, em contrapartida. Com isso, em 1997, o volume de operações de crédito do banco caiu de US\$ 27,3 bilhões, em junho, para apenas US\$ 4,3 bilhões, em dezembro.

Com relação aos bancos públicos estaduais, ao final de 1997, a participação destes no total dos ativos do sistema bancário nacional, por exemplo, já havia caído a menos da metade de sua representatividade em dezembro de 1995, antes da criação do Proes. A mudança de controle do Banespa foi o principal fator responsável por tal diminuição, em especial no volume de créditos concedidos. De fato, conforme Puga (1999), o volume de créditos concedidos pelos bancos estaduais caiu de US\$ 44 bilhões, em junho de 1997, para US\$ 12 bilhões, em dezembro do mesmo ano. Assim, a federalização do Banespa responde por US\$ 27 bilhões dessa queda total de US\$ 32 bilhões. Todos os índices referentes aos bancos públicos estaduais, tratados na Tabela 5.4, apresentam uma queda significativa a partir de dezembro de 1996. Além disso, as privatizações do Banerj e do Credireal, em junho e outubro de 1997, respectivamente, e as vendas do Bemge e do Bandepe, no segundo semestre de 1998, também contribuíram para reduzir a presença dos bancos estaduais no sistema financeiro.

No caso dos bancos privados nacionais, houve queda significativa – 53,6% para apenas 40,8% – da participação dessas instituições no total dos depósitos dos bancos múltiplos e comerciais no momento imediatamente posterior à estabilização da economia, entre o primeiro semestre de 1994 e o segundo semestre de 1995, quando houve a liquidação do Econômico. Vale mencionar que, contrariamente, os bancos públicos múltiplos e comerciais federais foram os que tiveram maior crescimento dessas captações nesse período, segundo Puga (1999). Aparentemente, isso foi consequência da busca de maior proteção aos bancos oficiais, em especial, no Banco do Brasil.

Tabela 5.4**Participação dos Bancos Federais, Estaduais, Privados Nacionais e Estrangeiros no Total dos Bancos Múltiplos e Comerciais**

	<i>Dez/94</i>	<i>Dez/95</i>	<i>Dez/96</i>	<i>Dez/97</i>	<i>Dez/98</i>
B. Públicos Federais	(Em %)				
N. de Bancos	1,6	1,7	1,8	1,9	2
Créditos	29	24,7	19,4	26,6	31,7
Ativos	23,8	18,9	16,7	29	27,4
Depósitos	21	24,8	20,9	29	28,4
Patrimônio Líquido	21,2	21,6	15,4	21,6	19,3
B. Públicos Estaduais	(Em %)				
N. de Bancos	10,7	10,8	11,5	12,1	8,9
Créditos	19,3	22,8	26,2	8,7	4
Ativos	19	23,9	24,5	10,3	5,9
Depósitos	18,3	21,8	25,8	13,3	7,7
Patrimônio Líquido	8,9	11,8	11,9	4,6	3,1
B. Privados Nacionais	(Em %)				
N. de Bancos	60,1	59,2	56,8	53,5	52,2
Créditos	41,5	41	38	37,8	31,6
Ativos	43,1	41	41,4	35,5	35,7
Depósitos	48,9	40,8	40,4	336,9	39,3
Patrimônio Líquido	52,9	42,9	53,8	45,7	46,5
B. Estrangeiros - Filial	(Em %)				
N. de Bancos	7	7,1	7	7,4	7,9
Créditos	1,9	2,1	2,1	2,6	2,7
Ativos	3	3,3	2,7	3	2,6
Depósitos	1,9	2,1	1,5	1,3	1,1
Patrimônio Líquido	3	4,2	3,4	2,8	2,3
B. Privados Nacionais com Controle Estrangeiro	(Em %)				
N. de Bancos	8,2	8,3	10,6	13,5	17,7
Créditos	4,9	6,1	9,5	14,2	18
Ativos	5,4	6,8	9,1	12,6	18,4
Depósitos	5,5	5,3	7	12	15,7
Patrimônio Líquido	7,3	9,5	8,2	12,9	19,5
B. Privados Nacionais com Participação Estrangeira	(Em %)				
N. de Bancos	12,3	12,9	12,3	11,6	11,3
Créditos	3,5	3,3	4,8	10,1	12
Ativos	5,6	6,2	5,6	9,6	9,9
Depósitos	4,4	5,3	4,4	7,5	7,7
Patrimônio Líquido	6,7	10,1	7,3	12,4	9,3
Total dos Bancos Múltiplos e Comerciais	Valores em milhões de US\$				
N. de Bancos	243	240	227	215	203
Créditos	143.582	163.364	157.941	133.962	121.465
Ativos	353.354	419.072	456.912	493.082	450.864
Depósitos	149.893	177.242	169.287	188.497	184.006
Patrimônio Líquido	36.143	27.931	38.970	41.262	48.394
Total do Sistema Bancário Nacional	Valores em milhões de US\$				
N. de Bancos	269	266	259	246	233
Créditos	194.164	218.457	220.367	206.611	195.880
Ativos	477.367	558.452	607.682	661.153	619.466
Depósitos	199.084	231.112	225.428	247.360	236.415
Patrimônio Líquido	54.078	48.604	54.994	57.038	61.710

Fonte : Sisbacen

Os dados recentes mostram que os bancos privados nacionais continuam a responder por uma significativa parcela das operações ativas e passivas do sistema financeiro, apesar do ingresso de instituições estrangeiras. De fato, comparando o ano de 1998 com o anterior, os bancos privados nacionais aumentaram inclusive sua participação no total dos depósitos dos bancos múltiplos e comerciais. Tal crescimento reflete principalmente a participação ativa de tais instituições nos recentes episódios de privatização de bancos estaduais. Dos quatro bancos estaduais que foram vendidos até 1998, apenas o Bandepe, com uma rede de agências concentrada fora dos principais centros financeiros do Brasil, foi adquirido por um banco estrangeiro, o holandês ABN Amro. Os demais foram comprados por bancos privados nacionais: o Banerj e o Bemge pelo Itaú e o Credireal pelo BCN (que foi posteriormente comprado pelo Bradesco). Mas, comparando 1998 com 1994, tanto a participação no número de banco, quanto a participação dos créditos, dos ativos totais, dos depósitos a vista e do patrimônio líquido no total dos bancos múltiplos e comerciais caíram sensivelmente.

O total das filiais de bancos estrangeiros tem um tamanho bastante reduzido em comparação com as demais instituições do sistema financeiro. Nesse caso, a principal explicação é o fato de essas filiais não poderem atuar no Brasil sob a forma de banco comercial, pois a organização bancária múltipla é privativa dos bancos constituídos sob a legislação brasileira. Assim, em março de 1998, enquanto as principais filiais de banco estrangeiro no país – BankBoston N.A e Citibank N.A. – possuíam 12 e 21 agências, o BankBoston S.A. e o Citibank S.A., organizados como bancos múltiplos com controle estrangeiro, tinham 36 e 47 agências, respectivamente.

Os bancos privados nacionais com controle estrangeiro foram os que proporcionalmente mais cresceram, na comparação do período mais recente com o anterior ao início do Plano Real, segundo qualquer um dos indicadores utilizados para comparar o tamanho das instituições. Enquanto em junho de 1994 esses bancos

respondiam, por exemplo, por 6,4% dos ativos do total dos bancos múltiplos e comerciais, quatro anos e meio depois essa participação passou para 18,4%. No caso dos bancos com controle estrangeiro, cabe observar a aquisição do banco Bamerindus pelo HSBC, em março de 1997, e as transferências de controle do Excel-Econômico e do Real para o espanhol Bilbao Vizcaya e o holandês ABN Amro, ocorridas, respectivamente, em agosto e novembro de 1998.

Juntando as filiais de bancos estrangeiros com os bancos com controle estrangeiro, chega-se a uma participação dos estrangeiros de 21,1% no total dos ativos dos bancos múltiplos e comerciais, ao final de 1998, contra 12,1% em junho de 1994. Embora em menor escala, os bancos com participação estrangeira também apresentaram um significativo crescimento nos últimos anos. Tais instituições aumentaram sua participação de 6,2% para 9,9% nesse mesmo período.

Em relação às demais instituições financeiras que integram o sistema bancário nacional (bancos de desenvolvimento, caixas econômicas e bancos de investimento), destaca-se o expressivo aumento da concessão de créditos pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal, cujo volume pulou, respectivamente, de US\$ 6,7 bilhões e US\$ 26,5 bilhões, em junho de 1994, para US\$ 23,8 bilhões e US\$ 47,6 bilhões, em dezembro de 1998. Cabe observar o tamanho da Caixa Econômica Federal em relação aos demais bancos. Ao final de 1998, a Caixa possuía ativos no valor de US\$ 94,8 bilhões, ficando atrás somente do Banco do Brasil, enquanto conglomerado,¹⁹ que possuía US\$ 107 bilhões em ativos.

Nota-se em visão geral, que os bancos estrangeiros aproveitaram a liberdade proporcionada pelas modificações na legislação sobre as instituições estrangeiras. Observa-se, através da Tabela 5.5, que os ativos totais cresceram em quantidade, de 94 para 98, sendo os bancos estrangeiros os maiores responsáveis, passando de 5,4%

para 18,4% do total de ativos do sistema financeiro nacional. Estes dados refletem o crescimento das atividades de Fusão & Aquisição, instrumento mais utilizado para ingressar no mercado nacional.

Tabela 5.5
Indicadores de Alavancagem e Qualidade dos Ativos dos Bancos Múltiplos e Comerciais

	Dez/94	Dez/95	Dez/96	Dez/97	Dez/98
Alavancagem (Créditos/Patrimônio Líquido)					
Públicos Federais	5,4	6,7	5,1	4	4,1
Públicos Estaduais	8,6	11,3	8,9	6,2	3,3
Privados Nacionais	3,1	5,6	2,9	2,7	1,7
Estrangeiros - Filial	2,5	2,9	2,6	2,9	2,9
P.N. com Controle Estrangeiro	2,6	3,7	4,7	3,6	2,3
P.N. com participação Estrangeira	2,1	1,9	2,7	2,7	3,2
Total de Múltiplos e Comerciais	4	5,8	4,1	3,2	2,5
Sistema Bancário Nacional	3,6	4,5	4	3,6	3,2
Qualidade dos Ativos (Créditos em Atraso e em Liquidação/Créditos Totais)					
Públicos Federais	11	14,3	18,3	21,5	33,2
Públicos Estaduais	2,6	5,2	5,1	9,6	17
Privados Nacionais	2,1	15,6	4,8	4,5	4,2
Estrangeiros - Filial	5,6	7,5	9,6	8	7,1
P.N. com Controle Estrangeiro	2,3	5	3,4	4,5	5,8
P.N. com participação Estrangeira	2,6	5,2	4,7	3,1	6,5
Total de Múltiplos e Comerciais	4,8	11,7	7,5	9,4	14,6
Sistema Bancário Nacional	4,3	10,3	7,1	7,6	10,3
Qualidade dos Ativos (Provisões sobre Créditos em Atraso e em Liquidação/Créditos em Atraso e em Liquidação)					
Públicos Federais	18,5	77,7	117,8	148	90,3
Públicos Estaduais	142	104,9	124	119,6	192
Privados Nacionais	141	104	110,2	116,5	184,2
Estrangeiros - Filial	78,7	85	96,7	100,3	106,3
P.N. com Controle Estrangeiro	126,1	109,5	104,1	95,9	108,2
P.N. com participação Estrangeira	91,9	94,6	113,9	240,3	121,3
Total de Múltiplos e Comerciais	57,8	95,9	115,7	138,3	106,8
Sistema Bancário Nacional	61,2	95,3	108,6	137,6	117,4

Fonte : Sisbacen

5.3 Indicadores de Alavancagem, Qualidade dos Ativos e Lucratividade

Os indicadores tratados aqui são estabelecidos e disponíveis pelo Banco Central em seu próprio site. A leitura das tabelas dispostas em seguida é contribuída por Puga (1999).

A Tabela 5.5 apresenta alguns indicadores para aferir a alavancagem e a qualidade dos ativos do sistema bancário nacional. O grau de alavancagem é medido através da proporção do volume de créditos concedidos em relação ao patrimônio líquido.

Durante a maior parte do período analisado, tal indicador foi mais elevado nos bancos múltiplos e comerciais federais e estaduais, em comparação com as demais instituições analisadas. Por outro lado, a tabela mostra que após o início do Proes, em dezembro de 1996, houve acentuada queda na alavancagem dos bancos múltiplos e comerciais estaduais. No caso dos bancos privados nacionais, o grau de alavancagem também caiu no segundo semestre de 1996, após significativo aumento nos dois primeiros anos pós-Plano Real, chegando a seu nível mais baixo, durante todo o período analisado, no segundo semestre de 1998. Para apurar a qualidade dos ativos, foi analisado o volume de inadimplência. Os dados mostram um forte aumento da inadimplência no segundo semestre de 1995, após os aumentos de juros e a queda do nível de atividade que se seguiram à crise mexicana, em todos os tipos de banco estudados, mas principalmente nos bancos privados nacionais. A inadimplência voltou a aumentar no final de 1997, em virtude da crise asiática, que também resultou em um aumento nos juros e numa redução do ritmo de crescimento da economia. Nesse caso, contudo, os bancos privados nacionais foram bem menos atingidos do que em 1995.

Enquanto o nível de inadimplência passou de 2,1%, em dezembro de 1994, para 15,6%, em dezembro de 1995, em seguida, a diminuição da inadimplência foi de 4,8%, em dezembro de 1996, para apenas 4,5%, em dezembro de 1997, caindo no ano seguinte para 4,2%.

Esse aumento da inadimplência ocorreu principalmente nos bancos múltiplos e comerciais estaduais e federais. Em relação às instituições públicas federais, vale destacar que, ao longo de todo o período analisado, elas foram as que apresentaram maior índice de inadimplência, tendo peso importante nesse índice o Banco do Brasil, que, no final de 1998, respondia por quase 80% dos créditos concedidos pelos bancos múltiplos e comerciais federais.

A Tabela 5.5 também mostra um aumento desse percentual nos bancos estaduais no segundo semestre de 1996, após o início do Proes.

O indicador de qualidade dos ativos (Provisões sobre Créditos em Atraso e em Liquidação/ Créditos em Atraso e em Liquidação) mostra que todos os tipos de banco, com exceção das instituições com controle estrangeiro aumentaram suas provisões indicando uma tendência maior ao conservadorismo, devido às expectativas de crises bancárias.

A Tabela 5.6 apresenta indicadores selecionados de rentabilidade dos bancos. Assim como no caso do aumento da inadimplência, a lucratividade dos bancos (lucro líquido/patrimônio líquido) caiu significativamente após as elevações dos juros no final de 1995 e de 1998. Durante a maior parte do período analisado, os bancos privados nacionais com participação estrangeira e com controle estrangeiro foram os que tiveram maior retorno em relação ao patrimônio líquido. Mais recentemente, porém, no segundo semestre de 1998, os bancos privados nacionais foram os mais rentáveis.

Tabela 5.6**Indicadores de Rentabilidade dos Bancos Múltiplos e Comerciais**

(Em %)

	Jun/94	Dez/94	Jun/95	Dez/95	Jun/96	Dez/96	Jun/97	Dez/97	Jun/98	Dez/98
Lucro Líquido/Patrimônio Líquido (% a.a.)										
Públicos Federais	5,7	(1,5)	(72,1)	(45,0)	(80,2)	8,9	8,9	10,6	10,1	11,0
Públicos Estaduais	17,4	(46,5)	(20,5)	(34,3)	(15,6)	14,7	18,2	(9,1)	(62,0)	(1,7)
Privados Nacionais	17,4	15,8	15,3	0,3	(22,9)	12,0	13,2	-4,9	(0,6)	13,4
Estrangeiros – Filial	4,8	0,7	(4,4)	(1,4)	2,6	(8,8)	1,2	(14,5)	17,8	7,8
P.N. com Controle Estrangeiro	19,9	22,0	13,7	10,5	22,5	18,2	18,7	4,2	15,4	3,9
P.N. com Participação Estrangeira	11,3	36,9	22,2	22,0	32,0	24,1	30,6	7,7	15,1	7,3
Total de Múltiplos e Comerciais	13,6	6,9	(6,2)	(12,1)	(43,5)	12,4	14,6	(0,8)	(3,5)	9,0
Sistema Bancário Nacional	11,1	8,7	(2,6)	(5,1)	(26,6)	11,5	13,8	0,5	0,2	8,4
Margem Líquida: [(Receita de Intermediação Financeira – Despesa de Intermediação Financeira)/Ativo] (% a.a.)										
Públicos Federais	0,5	4,9	4,6	2,9	3,5	1,4	1,5	7,3	5,9	5,8
Públicos Estaduais	12,7	9,1	7,8	7,1	6,0	5,7	5,5	4,2	4,7	7,7
Privados Nacionais	9,9	10,2	8,4	7,5	5,2	5,4	5,4	3,9	4,9	4,2
Estrangeiros – Filial	17,2	5,9	6,0	6,0	3,1	3,1	1,2	1,6	3,6	2,6
P.N. com Controle Estrangeiro	25,9	13,4	9,6	6,3	5,4	5,7	4,2	5,1	4,3	6,0
P.N. com Participação Estrangeira	25,6	9,1	3,8	4,3	2,5	2,7	2,8	4,3	3,5	4,2
Total de Múltiplos e Comerciais	10,2	8,7	7,2	6,2	4,9	4,6	4,3	5,0	4,9	5,2
Sistema Bancário Nacional	7,1	7,3	6,4	5,2	3,9	4,1	3,6	4,2	3,9	4,0
Receitas de Serviços/Resultado de Intermediação Financeira e Receitas de Serviços										
Públicos Federais	42,7	23,8	28,6	46,3	45,2	70,4	63,6	21,9	26,8	28,3
Públicos Estaduais	4,5	13,4	14,6	16,0	18,6	18,5	17,4	29,9	27,4	18,5
Privados Nacionais	6,8	18,6	19,2	25,3	30,0	33,3	30,8	40,5	30,0	36,3
Estrangeiros – Filial	1,5	15,6	12,4	13,1	15,2	22,0	39,5	27,3	16,4	15,7
P.N. com Controle Estrangeiro	1,7	10,1	12,6	16,8	16,0	16,2	19,9	26,3	28,9	26,2
P.N. com Participação Estrangeira	1,1	9,7	16,7	15,6	35,1	34,7	25,6	34,7	34,1	33,0
Total de Múltiplos e Comerciais	5,2	17,2	18,9	24,4	28,4	32,4	30,2	30,2	28,7	29,9
Sistema Bancário Nacional	7,2	18,1	19,7	25,4	31,2	32,8	33,2	31,5	31,3	32,2
Eficiência: (Despesas Administrativas e de Pessoal/Resultado de Intermediação Financeira e Receita de Serviços)										
Públicos Federais	8	10,1	170,6	161,9	203,7	184,5	234,1	615,6	106,5	88,4 88,9
Públicos Estaduais	127,6	125,6	95,7	100,0	102,4	92,0	83,2	71,4	113,8	64,0
Privados Nacionais	39,8	70,2	66,7	79,5	92,7	95,7	78,8	103,2	81,0	94,1
Estrangeiros – Filial	9,4	84,8	76,5	64,3	73,2	89,6	126,0	106,5	44,1	111,0
P.N. com Controle Estrangeiro	9,6	42,1	50,7	61,0	62,3	64,0	74,1	87,8	85,5	83,1
P.N. com Participação Estrangeira	7,9	47,9	85,7	78,7	88,3	100,6	96,2	96,1	99,7	90,9
Total de Múltiplos e Comerciais	58,8	92,4	87,0	98,5	105,8	108,6	145,8	92,6	88,5	85,9
Sistema Bancário Nacional	70,8	93,0	85,2	98,9	109,4	106,1	140,2	95,4	92,5	89,9

Fonte : Sisbacen

Cabe destacar também a elevada volatilidade da lucratividade, que é maior no caso dos bancos públicos e privados nacionais e menor nos bancos com controle estrangeiro.

O índice de margem líquida dos bancos corresponde à relação entre o resultado de intermediação financeira e o total de ativos. A forte redução desse indicador no segundo semestre de 1994 reflete a perda dos ganhos de receita com o *floating* de recursos decorrentes da estabilização da economia. Outro indicador de rentabilidade é representado pela relação entre as receitas de serviços e a soma das receitas de intermediação financeira e de serviços. Tal indicador mostra que os bancos têm procurado compensar as perdas dos ganhos com o *floating* elevando as tarifas bancárias e cobrando por serviços que eram gratuitos no período de inflação elevada.

Por último, a Tabela 5.6 mostra o indicador utilizado internacionalmente para medir a eficiência dos bancos, calculado através da divisão do total das despesas administrativas e de pessoal pelo resultado bruto de intermediação financeira acrescido das receitas de serviços.

Os dados obtidos mostram significativa diminuição na eficiência dos bancos nos primeiros anos pós-Plano Real. Nesse sentido, cabe destacar que, durante o período de inflação elevada, os bancos procuraram maximizar os ganhos de *floating* estabelecendo uma vasta rede de agências, o que permitiu a captação rápida dos recursos dos clientes, com os pagamentos de contas sendo realizados diretamente em tais locais. Com a diminuição das receitas de *floating*, houve queda do nível de eficiência. Só a partir do segundo semestre de 1997, tal nível melhorou bastante, em função, principalmente de ajustes nos bancos públicos federais, do ingresso de bancos

estrangeiros, da própria reação dos bancos privados nacionais ao aumento da presença de tais instituições estrangeiras no sistema financeiro e dos efeitos do Proes. “A abertura do sistema financeiro brasileiro está promovendo ampla revisão das estratégias concorrenciais não apenas dos bancos nacionais, como também dos bancos estrangeiros presentes no país. A entrada de novos concorrentes e a ampliação dos bancos estrangeiros já em atividade deverão provocar a redefinição das estratégias concorrenciais dos grandes bancos varejistas, e também dos bancos que atuam no mercado de atacado, realizando operações com as multinacionais e as grandes empresas nacionais exportadoras. (...) Nesse segmento, (...) os bancos estrangeiros que dispõem de maior poderio financeiro devem forçar a modernização e a reestruturação das instituições, mas dificilmente conseguirão expulsar os bancos tradicionais como Bradesco, Itaú e Unibanco. (...) No mercado de atacado, em particular no segmento de banco de investimento, cada vez mais dominado por bancos globais, os bancos brasileiros vão precisar associar-se com bancos estrangeiros para não serem expulsos do mercado” (Freitas 1999).

Durante a maior parte do período analisado, de dezembro de 1994 a junho de 1997, os bancos privados nacionais com controle estrangeiro foram os mais eficientes. Embora os processos de transferência de controle acionário para os bancos estrangeiros tenham levado, inicialmente, a uma queda da eficiência dessas instituições, tal desempenho, superada a fase inicial de ajuste, tem melhorado significativamente. Em 1997, as despesas administrativas e de pessoal do HSBC Bamerindus, por exemplo, foram equivalentes a 127,1% da soma do resultado de intermediação financeira com as receitas de serviços. Já em 1998, tal proporção caiu para 98,3%.

A atual tendência do índice de eficiência dos bancos privados nacionais é mais difícil de ser analisada, em função da elevada volatilidade desse indicador. Comparando ano

a ano, no entanto, nota-se o aumento da eficiência de tais instituições nos dois últimos anos, com o índice caindo de 94,2%, em 1996, para 88,9% em 1997 e 86,7% em 1998.

O Bradesco, por exemplo, teve índice de eficiência de 80,3% em 1998, abaixo dos 81,4% registrados em 1997. No período recente, o banco tem procurado lançar novos produtos e serviços que dispensam o cliente da necessidade de ir às dependências do banco, permitindo, por exemplo, a realização de compras e operações bancárias pela Internet.

No caso do Itaú, o índice foi de 75% em 1998 contra 81,2% em 1997, com expectativa de que o desempenho melhore ainda mais com o avanço do processo de reestruturação do Banerj e do Bemge, adquiridos pela instituição em junho de 1997 e setembro de 1998, respectivamente. Além disso, o banco tem investido fortemente na expansão dos canais de atendimento e na automação de processos, permitindo que atualmente 73% das transações dos clientes sejam executados através de auto-atendimento.

Por último, os dados também evidenciam expressivo aumento da eficiência dos bancos comerciais e múltiplos estaduais após o estabelecimento do Proes. Até então, tais instituições somente apresentavam desempenho superior aos bancos federais.

5.4 Análise dos Principais Bancos Nacionais : Crescimento, Fusões & Aquisições

Conforme dados do Banco Central, ao final do primeiro semestre de 1998, dentre os 20 maiores bancos no país com carteira comercial ou múltipla segundo o total do ativo, seis eram estrangeiros (BankBoston, Boavista InterAtlântico, Citibank, HSBC Bamerindus, CCF Brasil e Sudameris), um era banco com participação estrangeira

(BBA Creditanstalt), dez eram privados nacionais (Bradesco, Itaú, Unibanco, Real, Safra, Meridional do Brasil, Bozano Simonsen, BCN, Excel-Econômico e Mercantil Finasa), dois eram federais (Banco do Brasil e Banespa) e um estadual (Nossa Caixa). O número de instituições estrangeiras dentre os principais bancos brasileiros aumentou ao final de 1998, com a transferência de controle do Real e do Excel-Econômico para o holandês ABN Amro e o espanhol Bilbao Vizcaya, respectivamente. A privatização do Banespa em 2000 também modificou significativamente esse *ranking*, com a compra pelo Banco Santander.

Dos cinco bancos mais eficientes, três eram estrangeiros (BankBoston, CCF Brasil e Citibank), um tinha participação estrangeira (BBA Creditanstalt) e um era privado nacional (Safra). No outro extremo, os principais bancos públicos analisados, Banco do Brasil e Banespa, apresentaram índice de eficiência superior a 100%, ou seja, as receitas de serviços juntamente com o resultado de intermediação financeira não foram suficientes para cobrir as despesas administrativas e de pessoal.

Conforme publicação do jornal O Estado de São Paulo, de 10/05/99, a maior concentração de fusões e aquisições de empresas, incluindo as instituições financeiras, ocorreu no período de 1996 a 1998. Levantamento da KPMG Consultores, mostra que do total de 1.491 transações efetuadas desde o início do real até o ano 1998, 130 foram de bancos. O setor bancário nesse período manteve-se sempre em segundo lugar no volume de negócios fechados. Só perdeu a segunda colocação, no ano de 1998, para o setor de telecomunicações. Em primeiro está o segmento de alimentos e bebidas. Entre as transações de bancos, a compra de instituições nacionais por grupos estrangeiros foi significativa. Por causa desse fato acredita-se que a mudança de cenário deve refletir-se nos preços dos serviços bancários. Os bancos ainda estão

numa fase de adaptação, principalmente os estrangeiros, que chegaram mais recentemente. A maior parte das aquisições e fusões bancárias (36) concentrou-se no ano de 1997. Para alguns, as instituições bancárias nacionais estão buscando novas fontes de lucro, com o fim da inflação e o ganho no floating, mas passada essa fase, as tarifas tendem a cair justamente por causa da concorrência estrangeira. Quem veio de fora está ainda assimilando o que adquiriu, "arrumando a casa". Mas passado mais algum tempo a tendência, por causa do aumento de concorrência é de reduzir preços. A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) informa apenas que as tarifas estão liberadas e cada instituição tem liberdade para cobrar o que considerar mais conveniente. " Essa visão de que o número de instituições é excessivo, devendo, portanto, ser reduzido a partir da absorção das instituições mais vulneráveis por aquelas mais aptas a funcionar em um ambiente de estabilidade econômica, é compartilhada pela autoridades governamentais brasileiras. Estas têm procurado influenciar de forma ativa o redesenho do sistema financeiro nacional, utilizando ampla gama de instrumentos de política financeira que incentivam o processo de fusão e absorção de instituições bancárias por entidades nacionais e estrangeiras, bem como privatização dos bancos públicos estaduais." (Freitas 1999).

Segundo publicação do jornal Estado de São Paulo de 21/05/00, os negócios no sistema financeiro brasileiro tem previsão de movimentar cerca de R\$ 10 bilhões em fusões e aquisições nos próximos dois anos (2001 e 2002). Esta é uma previsão, em consenso, das consultorias deste ramo de atividade. Haverá forte concentração no mercado nos próximos dois anos, com a venda de pelo menos dez instituições de médio e pequeno porte, segundo a estimativa. São negócios entre R\$ 400 milhões e R\$ 1,2 bilhão cada um, totalizando entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões. O perfil de

instituição financeira "vendável" é o de bancos com participação inferior a 4% do mercado no volume de depósitos e de operações de crédito e menos de 100 agências.

Seguindo a publicação, salienta-se, contudo, que devem ocorrer alguns negócios mesmo entre bancos com outro perfil. Além da incorporação dos pequenos pelos grandes, os grandes também devem fundir-se ou ser incorporados por outros ainda maiores. Estima-se que nos próximos dois ou três anos o Brasil terá no máximo cinco grandes bancos, metade do número atual. O processo de concentração, avalia-se, já ocorreu em outros setores, e foi retardado no sistema financeiro pelas crises asiática e russa. Mas vai "aterrissar" no país com força, pois será a única maneira de os bancos estrangeiros crescerem por aqui. Em 95, a participação dos bancos estrangeiros limitava-se a 5% dos ativos. Hoje, chega a 22%. Só a compra do Banespa por um estrangeiro (Santander) não é o suficiente, eles vão querer os grandes bancos. Conforme publicação (...), a aquisição do J.P. Morgan pelo Chase Manhattan por cerca de US\$ 36 bilhões, unindo os legados de John Rockefeller e J. Pierpont Morgan, dará origem à terceira maior instituição financeira dos EUA, atrás apenas do Citigroup (resultado da união entre Traveller e Citibank) e do Bank of America (união do Nations Bank com o Bank of America), demonstrando a tendência internacional à concentração no setor.

No varejo global, segundo tais consultorias, o banco precisa ter escala e o meio mais rápido são as fusões e incorporações. Fala-se muito, no mercado financeiro, que não é exatamente o ganho de produtividade que impulsiona os grandes bancos internacionais a se unirem, e, sim, os ganhos que os executivos têm com isso. Donos de ações dos bancos, a cada incorporação, ganham mais de 40% no ato (*equity play*). Mas, é claro que este não é o motivo principal. As rígidas exigências de patrimônio pelo Banco Central (BC) também servem de incentivo às fusões, ao encarecer a manutenção dos

bancos. Para os analistas, um banco pequeno só vai sobreviver se conseguir um nicho de mercado no qual seja extremamente eficiente e competitivo. Um banco precisa descobrir nichos e ser muito competente e especializado para trabalhar numa escala que compense os custos. Num negócio tão competitivo, o ganho de escala é uma questão de sobrevivência. O investimento em tecnologia, fundamental, é muito caro para um banco pequeno. Ao mesmo tempo em que os bancos menores, mas competentes, serão disputados pelos grandes, os bancos pequenos com poucas agências e sem foco definido ficarão sobrando, conforme a previsão. Um banco pequeno tem de agregar algum valor em alguma área para representar vantagem para o comprador. Alguns, acham que os bancos estrangeiros não terão o mesmo interesse dos bancos nacionais pelos pequenos. Os grandes bancos nacionais querem consolidar posição, mas os estrangeiros têm uma estratégia internacional, que pode ser diferente. Mesmo que não mude sua posição no ranking, o grande quer comprar os pequenos antes que o concorrente o faça. Pesquisa da KPMG mostra que o maior número de negócios ocorreu em 1997, com 49 fusões e aquisições de instituições financeiras. Em 1998 houve 36 negócios e 1999, 25. No primeiro trimestre de 2000, foram realizados quatro negócios.

Resumindo as aquisições e fusões bancárias no Brasil pode-se citar que o Itaú já adquiriu os bancos BFB (1995), o Banerj (1997), o Bemge e o Banco del Bueno Ayre (em 1998) e o Banestado (2000). O Bradesco incorporou o Baneb (1999) e o BCN (1997) - que já havia adquirido o Banco Continental, Banco Crefisul, Banco Pontual, Credireal, Banco Itamarati e o Bandeirantes (2000). Já o Unibanco adquiriu o Nacional



RANKING DOS BANCOS

Classificação pelo total de ativos

Instituições	Ativo Total - Em R\$ bilhões
1º Banco do Brasil	145,0
2º Caixa	124,3
3º Bradesco* + Boavista	92,5
4º Itaú* + Banestado	63,9
5º Santander + Banespa	56,6
6º Unibanco* + Bandeirantes	46,9
7º ABN Amro Bank	26,9
8º Safra*	21,0
9º HSBC Bank Brasil	16,9
10º Nossa Caixa	16,4
11º Citibank	14,7
12º BBA Creditanstalt*	12,6
13º Sudameris	12,0
14º BankBoston	10,6

* Consolidado
Fonte: Austin Asis

(1995), o Banco Dibens (1998) e Boa Vista (2000). Com a aquisição do Banespa pelo Santander, o ranking modificou-se, conferindo ao banco espanhol uma situação privilegiada.

Cabe, por fim, entender que os padrões de concorrência entre os bancos passou a ser baseado na aquisição, incorporação ou fusão com outras instituições, já que o aumento de escala tornou-se imprescindível, já que este é o caminho para conseguir distribuir os

produtos a baixo custo e com qualidade. E com o alcance destes três índices as instituições conseguirão sobreviver.

5.5 Comparações entre os Principais Bancos Brasileiros, dos Estados Unidos e de Países Emergentes da América Latina e do Leste Asiático

A comparação entre os bancos brasileiros e os de outros países deve ser vista com certa cautela, uma vez que tais instituições tendem a ser bastante afetadas pela conjuntura econômica de cada país. Em especial, a crise asiática afetou seriamente os bancos dessa região. O contraste entre as instituições financeiras brasileiras e as asiáticas, no entanto, é notório quando se observa o grau de alavancagem dessas últimas antes da crise.

A Tabela 5.7 apresenta os indicadores selecionados dos cinco maiores bancos múltiplos e comerciais do Brasil juntamente com os dos principais bancos dos Estados Unidos e de outros países emergentes da América Latina e do Leste Asiático. A tabela mostra que, exceto pelo Banco do Brasil, os principais bancos que operam no país são menos alavancados do que a maioria dos bancos analisados dos outros países. Nos bancos norte-americanos, por exemplo, a relação entre os empréstimos concedidos e o patrimônio líquido é cerca de 70% superior à dos bancos privados nacionais. Tais dados evidenciam a existência de amplo espaço para o aumento do crédito doméstico. Em nítido contraste com os bancos brasileiros, a tabela mostra excessivo nível de alavancagem em instituições da Coreia do Sul, Indonésia e Tailândia.

Verifica-se na tabela, que em questão de ativo total, volume de crédito, depósito e patrimônio líquido, o Brasil tem superioridade na América Latina, mas ainda é muito inferior se comparado com os países asiáticos e os Estados Unidos. Com relação á

inadimplência, o Brasil apresenta um índice tão crítico quanto México, Argentina, Indonésia e Tailândia.

Observa-se também que o Brasil apresenta maiores provisões para inadimplência, o que caracteriza a alta expectativa de risco de empréstimo, e expectativa de manutenção da alta de juros. No que diz respeito ao lucro sobre o patrimônio líquido, o Brasil apresenta um índice razoável mesmo quando comparado com os EUA.

Tabela 4.7
Comparação entre Bancos Brasileiros, Americanos e de Países Emergentes

	Ativos (US\$ Milhões)*	Créditos (US\$ Milhões)	Depósitos (US\$ Milhões)	Patrim. Líquido (US\$ Milhões)	Créditos/ Patrim. Líquido	Inadimp./ Créditos (%)	Provisões (%)	Índ. Adeq. Capital (%)	Lucro/ Pat. Líq. (% a .a)	Margem Líquida (% a .a)	R. Serv./ RS+RIF (%)	Eficiência (%)
Brasil (1º Semestre de 1998)												
Banco do Brasil	111.913	46.957	52.423	5.433	8,6	20,1	126,3	10,3	13,5	2,9	39,8	134,3
Bradesco	59.253	26.532	23.075	5.441	4,9	2,1	172,2	17,1	15,5	7,3	25,6	74,4
Itaú	45.165	16.571	16.028	4.066	4,1	0,9	506,2	19,8	17,3	6,9	36,1	72,7
Unibanco	27.002	14.012	5.988	2.754	5,1	1,7	301,2	14,0	17,6	7,5	35,9	83,1
Banespa	23.229	4.499,0	10.596	3.438	1,3	29,9	105,0	36,9	-4,3	4,8	30,4	104,4
Estados Unidos (1º Semestre de 1998)												
Chase	366.995	165.076	207.091	22.610	7,3	0,7	2,2	11,9	17,0	1,9	47,7	53,0
Citicorp	330.751	186.084	215.982	21.717	8,6		3,3	11,7	20,9	2,9	38,6	49,0
Nations Bank	307.985	179.755	169.238	26.670	6,7		1,8		14,8	3,0		34,0
Bank América	263.885	163.104	178.094	20.039	8,1		2,2		18,0	2,8	37,7	
BankBoston	70.499	42.520	45.196	4.980	8,5		1,7		20,2	3,0	33,1	46
Argentina (1º Semestre de 1998)												
De La Nación Argentina	17.659	8.276	11.604	2.065	4,0	21,7	47,3	6,7	2,3	43,9	86,3	
Río de la Plata	14.182	4.900	4.262	953	5,1	3,3	106,5	12,6	2,3	39,8	80,0	
De la Prov. De Bs.Aires	12.856	7.615	9.225	1.263	6,0	16,5	51,2	6,5	2,0	60,7	104,5	
De Galycia y Bs.Aires	11.425	6.441	6.449	1.089	5,9	5,2	70,9	10,5	2,9	37,3	79,8	
Francés S.A.	11.235	4.888	5.012	748	6,5	2,2	98,5	11,5	2,2	49,0	92,4	
Chile (1997)												
Santiago	10.797	7.531	5.245	936	8,0	0,7	143,7		14,7	2,9		
Del Estado	10.780	5.669	6.031	647	8,8	2,3	81,1		9,9	3,3		
Santander	9.922	5.492	4.780	700	7,9	1,2	102,9	10,7	10,3	2,3	16,3	61,5
De Chile	7.846	5.109	4.136	771	6,6	0,8	208,6		21,1	3,7		
De Crédito e Inversiones	6.019	3.386	3.367	310	10,9	0,9	114,8		22,0	3,1		
México (1997)												
Banamex	31.154	16.963	21.607	2.749	6,2	20,5	55,4	13,7	13,0	2,2	32,1	
Bancomer	27.116	20.089	19.194	2.351	8,5	13,7	57,5	12,7	6,0	2,9	22,4	
Serfin	17.930	12.220	12.928	1.002	12,2	10,8	61,1	11,3	(216)	2,3	22,7	
Bitel	9.181	6.302	6.457	748	8,4	14,9	53,7	12,6	(19)	2,9		
Santander Mexicano	8.019	5.563	5.643	351	15,9	2,8	135,1	10,5	(16)	3,1		
Coréia do Sul (12 meses até 30 de Junho de 1998)												
Korea Exchange Bank	41.881	27.999	26.031	1.408	11,9	7,8	100,0	6,8	-393,0	12,1		
Chohung Bank	37.394	24.950	26.413	1.242		10,4	100,0		6,5	(667)		
Hanil Bank	36.349	24.810	24.825			7,0	100,0		6,9	(587)		
Commercial Bank of Korea	32.421	20.149	23.421			6,9	100,0		7,6	(398)		
Korea First Bank	28.152	16.058	18.903			16,3	100,0		2,7	(976)		
Hong Kong (30 de Junho de 1998)												
HSBC Holding PLC	484.367	241.100	344.297	27.540	8,8	2,2	110,3	9,3	18,2	2,3	33,7	56,2
Hang Seng Bank	52.581	26.020	44.409	6.034	4,3	0,9		22,0	16,9			
Bank of East Ásia	17.216	11.097	12.411	1.805	6,1	1,3		15,3	10,5			
Dao Heng Bank	15.829	8.360	12.878	1.433	5,8	0,6		17,9	15,3			
Wing Lung Bank	6.607	3.738	5.236	778	4,8	4,8		14,3	12,7	2,1		
Indonésia (1997, Exceto nos Casos Mencionados)												
Bank Negara Indonesia	9.758	7.036	5.095	375	18,7	10,5		6,0	4,7	3,5		
Bank Internasional Indonesia	5.031	3.357	2.897	521	6,4	33,6	4,0	11,7	9,6	4,1		
Bank Lippo	2.640	2.075	2.282	204	10,2	10,0	27,4	10,4	12,4	4,0	23,0	
Bank Bali	2.565	469	1.596			55,0		10,8				
Bank Panin	1.607	283	846			20,25		17,4				
Tailândia (1997, Exceto nos Casos Mencionados)												
Bangkok Bank	31.281	22.818	21.029	2.292	10,0	29,7	18,9	13,0	4,1	3,2		
Krung Thai Bank	19.200	15.253	14.989	1.221	12,5	32,4	25,9	7,7	-305,0	-2,4		
Siam Commercial Bank	15.839	12.367	12.831	921	13,4	19,9	16,3	9,1	7,7	3,4		
Bank of Ayudhya	10.905	8.900	8.593	579	15,4	17,3	15,7	9,2	7,5	3,0		
Bank of Ásia	3.456	2.892	1.769	218	13,3	25,9	9,8	8,6	0,4	2,7		

CONCLUSÃO

O sistema financeiro brasileiro está em contínua mudança. Por isso o acompanhamento de sua evolução é importante para poder se situar diante de alguns aspectos e entender seus efeitos para o próprio setor, para a economia nacional e para os clientes. Para todas as esferas, as discussões são muitas e as posições diversas. Por isso seria proveitoso uma retomada dos desdobramentos ou mesmo possíveis conseqüências.

Focando um pouco na mudança de cenário, encontra-se dois períodos muito diferentes: antes e depois do Plano Real. No primeiro, resumidamente, os bancos brasileiros estavam mais protegidos contra a entrada de bancos estrangeiros. Estes encontravam uma dificuldade maior para ingressar no mercado financeiro nacional. Por um lado, permitia-se, com um domínio absoluto de bancos nacionais no segmento comercial, uma decisão interna melhor sobre a alocação da poupança, garantia de crédito ao Banco Central, entre outros. Mas por outro, havia um incentivo menor á concorrência e portanto á busco por inovação. Desta forma o sistema como um todo perdia em eficiência. Além disso, os bancos públicos estaduais, receberam um apoio do Estado para poderem se reequilibrar após o estopim do enxugamento da liquidez internacional em 1983.

Já com o Plano Real, as modificações são muito visíveis. Em consonância com o Acordo da Basileia, diversas medidas são tomadas para atender as exigências referentes a um fortalecimento do sistema nacional, determinando o limite mínimo de capital para constituição de bancos, conforme o segmento, além de limites adicionais que variavam de acordo com o grau de risco dos ativos, além de criar incentivos para a Fusão & Aquisição. A crise de solvência de certas instituições fez criar o Proer, com a preocupação, justamente, de assegurar a liquidez e solvência do sistema, com uma assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas operacionais e societárias, que resultem na transferência de controle ou na mudança de objeto social. Entende-se que este cenário de fortalecimento do sistema financeiro nacional, através das medidas para atender ao Acordo da Basileia e do próprio Proer, implicou em duas novas modificações com relação ao período anterior : o processo de Privatização dos bancos públicos estaduais, através do Proer, e a ampla abertura ao capital e aos bancos estrangeiros. Estes encontraram nesta fase uma condição muito propícia ao ingresso no mercado brasileiro : as aquisições e/ou fusões bancárias estavam sendo incentivadas, instituições estavam sob intervenção do Proer para serem vendidas, além de leilões de privatização.

Notando, de fato , com a mudança de cenário, o aumento do número de fusões e/ou aquisições e a ampla entrada de instituições estrangeiras, diversas perguntas se fazem quanto ao futuro do sistema financeiro brasileiro. Observa-se que as fusões e aquisições estão cada vez mais avançando para negociações entre bancos de maior porte. O que isso pode indicar, de fato, é que o número de instituições diminua, enquanto os seus respectivos tamanhos aumentem ainda mais. Não se pode entender que o aumento do ativo total de um banco através de fusões ou aquisições significa aumento de qualidade, muito menos garantia de aumento de *market share*. Muitas vezes as Fusões & Aquisições podem surtir efeitos negativos. As operações devem ser estudadas minuciosamente. Uma compra errada pode significar uma tendência ao

fracasso. O maior tamanho pode também gerar um empecilho ao crescimento subsequente. As especulações tendem a aumentar com relação às notícias de compras ou negociações. Por isso, as estratégias de competição contam muito. Com o caminho que está sendo percorrido pelo sistema bancário, pode haver uma Fusão ou Aquisição entre os maiores bancos do país. Seria um grande passo, firmar um enorme banco nacional capaz de fazer o caminho inverso : Adquirir bancos de maior porte no exterior e quem sabe nos próprios países avançados.

Com relação ao crescimento dos bancos estrangeiros, que se utilizam dos bancos brasileiros , através de Fusões&Aquisições, para penetrar no mercado nacional, já que esta é a melhor forma e mais rápida de obter êxito nos objetivos de aumento da clientela, muita cautela deve ser tomada e precipitações ignoradas. É muito importante manter a liderança do sistema financeiro nas mãos de nacionais, pois o cenário econômico de hoje faz o país depender muito da atração de capital e evitar a fuga de dólares em momentos de crise. O que poderia ser desastroso caso os bancos estrangeiros estivessem tomando conta do setor. “O real ficaria mais vulnerável, pois os bancos estrangeiros poderiam lucrar apostando contra a moeda nacional, usando seu *funding* em reais e comprando dólares do Banco Central. O Banco Central poderia perder crédito. Um banco brasileiro dá crédito ilimitado ao Banco Central, já para o banco estrangeiro é um risco de crédito como um outro qualquer. O poder do Banco Central sobre os bancos nacionais é maior porque o *funding* deles é local. Já o nível de ascendência sobre os bancos internacionais seria muito menor. A decisão sobre a alocação da poupança seria tomada no exterior. Infelizmente não pode-se conciliar perfeitamente os interesses dos bancos com os interesses econômicos da nação” (Freitas 1998).

Já no aspecto da concorrência, o BC deve estar atento para sempre poder prevalecer a concorrência e poder favorecer os clientes. O que todos esperam é uma queda generalizada dos preços das tarifas bancárias. E isso gera uma polêmica. Alguns acreditam que elas não cairão, enquanto outros acreditam que é apenas uma fase de adaptação dos bancos que acabaram de adquirir ou se fundir à outra instituição.

As Fusões & Aquisições no sistema financeiro de países desenvolvidos adiantam resultados, problemas e tendências aos sistemas financeiros dos demais países, mesmo que cada um deles possua condições próprias. Por isso é importante estudar o que já ocorreu nesses países. E para poder se posicionar e se beneficiar da experiência internacional, as observações dos casos devem ser feitas cada vez com maior velocidade, pelo fato de que a difusão é feita cada vez mais rápida. A partir da análise, com devidas proporções, do movimento de Fusões & Aquisições nos países centrais, pode-se ter conhecimento dos instrumentos a serem usados, das reformas necessárias, dos caminhos equivocados, dos atalhos, dos resultados, etc. É claro que a análise serve mais como um tipo de prevenção do que uma regra, e para isso, deve-se inserir as observações na dinâmica do mercado bancário doméstico.

Antes de se posicionar quanto ao benefícios e malefícios desta onda de Fusões & Aquisições no Brasil, deve-se questionar se existe um caminho alternativo que evite esse processo. A abertura do mercado nacional é necessária, mas deve ser feita com a devida preparação. Nota-se que o setor bancário brasileiro é forte, mas fica aquém das instituições de países desenvolvidos. Mas, leva-se em conta que nestes países o processo de Fusões e Aquisições já iniciou a um tempo mais longo. Desta forma, os bancos brasileiros devem continuar suas aquisições para que possam competir com menor desigualdade até o momento em que possam adquirir empresas estrangeiras de porte significativo. O maior desafio a médio ou longo prazo é justamente este: que os bancos consigam fincar suas marcas em territórios de países avançados. Desta

maneira, para garantir num futuro próximo um sistema financeiro nacional sólido com liderança de instituições brasileiras, estas devem utilizar a globalização em seu favor. E este caminho está sendo percorrido razoavelmente bem : o PROES e o Proer permitem eliminar instituições problemáticas. Com relação á legislação brasileira quanto á entrada de bancos estrangeiros, ela, de fato, incentiva tal entrada, mas com certeza existem ainda condições e restrições adequadas que possam permitem o controle do sistema financeiro brasileiro sob as mão de instituições nacionais.